

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA

CAROLINA DE MORAES ALBUQUERQUE
UMA ARQUEOLOGIA DE FOZ DO IGUAÇU:
ITAIPU, DITADURA E FORMAÇÃO URBANA

FOZ DO IGUAÇU - PR
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA

CAROLINA DE MORAES ALBUQUERQUE

**UMA ARQUEOLOGIA DE FOZ DO IGUAÇU:
ITAIPU, DITADURA E FORMAÇÃO URBANA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Integração Latino-Americana –UNILA para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL).

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Sposito Mechi

FOZ DO IGUAÇU - PR

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

A345

Albuquerque, Carolina de Moraes.

Uma arqueologia de Foz do Iguaçu: Itaipu, ditadura e formação urbana / Carolina de Moraes Albuquerque. -
Foz do Iguaçu, 2024.

68 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América
Latina Foz do Iguaçu-PR, 2024.

Orientador: Patrícia Sposito Mechi.

1. Arqueologia do Capitalismo. 2. Pensamento marxista. 3. Itaipu Binacional. 4. Arqueologia Urbana. 5.
Pensamento pós-colonial. 6. Foz do Iguaçu-PR. I. Mechi, Patrícia Sposito. II. Título.

CDU 711.4:330.85(816.2)

Resumo: A presente pesquisa busca apresentar elementos da formação urbana de Foz do Iguaçu, a partir da construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional (1974-1984). Criada no período histórico da ditadura empresarial-militar brasileira, caracterizado por significativas mudanças políticas, sociais e econômicas, a usina gerou impactos na formação urbana da cidade, impressos na forma como se constituíram e se modificaram os espaços. Diante desse contexto, o objetivo principal da pesquisa é investigar como a implantação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional – como um produto dos governos ditatoriais – condicionou a formação urbana da cidade. Complementando o objetivo principal alguns específicos foram determinados: 1) Apresentar as ferramentas do pesquisador arqueólogo e conceitos e instrumentos teóricos e metodológicos da Arqueologia do Capitalismo, Arqueologia Urbana e suas possíveis aproximações com o pensamento marxista e pós-colonial; 2) Refletir sobre o contexto de surgimento da usina de Itaipu, como fruto do seu espaço (relevância da região de Foz do Iguaçu) e do seu tempo (Defesa Hemisférica, Guerra Fria e Segurança Nacional); e 3) Analisar os impactos da construção da Itaipu Binacional na urbanização de Foz do Iguaçu, tomando como base os referenciais teóricos, metodológicos e conceituais apresentados no capítulo inicial e a perspectiva espaço-tempo abordada do segundo capítulo. Em linhas gerais, buscamos investigar como as transformações urbanas que ocorreram em Foz do Iguaçu podem servir de fonte de informação sobre a construção e legitimação do mundo material nesse contexto de grandes transformações sociais, políticas e estruturais.

Palavras-chave: Arqueologia do Capitalismo. Arqueologia Urbana. Pensamento marxista. Pensamento pós-colonial. Itaipu Binacional. Foz do Iguaçu.

Resumen: Esta investigación busca presentar elementos de la formación urbana de Foz do Iguaçu, luego de la construcción de la central hidroeléctrica Itaipú Binacional (1974-1984). Creada durante el período histórico de la dictadura empresarial-militar brasileña, caracterizado por importantes cambios políticos, sociales y económicos, la planta generó impactos en la formación urbana de la ciudad, reflejados en la forma en que los espacios fueron constituidos y modificados. Dado este contexto, el principal objetivo de la investigación es analizar los impactos de la construcción de Itaipú Binacional en la formación urbana de Foz do Iguaçu y su influencia en el proyecto urbano creado para la ciudad. Complementando el objetivo principal, se determinaron algunos específicos: 1) Presentar las herramientas del investigador arqueológico y conceptos e instrumentos teóricos y metodológicos de la Arqueología del Capitalismo, la Arqueología Urbana y sus posibles aproximaciones al pensamiento marxista y poscolonial; 2) Reflexionar sobre el contexto en el que surgió la central de Itaipú, como resultado de su espacio (relevancia de la región de Foz do Iguaçu) y su tiempo (Defensa Hemisférica, Guerra Fría y Seguridad Nacional); y 3) Analizar los impactos de la construcción de Itaipú Binacional en la urbanización de Foz do Iguaçu, a partir de los referentes teóricos, metodológicos y conceptuales presentados en el capítulo inicial y la perspectiva espacio-temporal abordada en el segundo capítulo. En términos generales, buscamos investigar cómo las transformaciones urbanas ocurridas en Foz do Iguaçu pueden servir como fuente de información sobre la construcción y legitimación del mundo material en este contexto de grandes transformaciones sociales, políticas y estructurales.

Palabras-clave: Arqueología del Capitalismo. Arqueología Urbana. Pensamiento marxista. Pensamiento poscolonial. Itaipu Binacional. Foz de Iguazu.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABC – Argentina, Brasil e Chile

AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informações

CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás

ESG – Escola Superior de Guerra

ESMAGENFA – Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LSN – Lei de Segurança Nacional

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

	p.
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1- UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DA ARQUEOLOGIA E SUAS FERRAMENTAS	11
1.1- Arqueologia e o estudo do mundo material.....	p.11
1.2- Os aportes da Arqueologia Histórica.....	p.12
1.3- Arqueologia do Capitalismo: Foz do Iguaçu e o processo de conformação do mundo moderno.....	p.13
1.4- Arqueologia Urbana: aportes para os estudos das formações urbanas.....	p.16
1.5- Aproximação a perspectivas marxistas e pós-coloniais sobre a questão urbana.....	p.17
CAPÍTULO 2- O ESPAÇO E O TEMPO DA HIDRELÉTRICA ITAIPU BINACIONAL	23
2.1- Espaço: relevância de Foz do Iguaçu	24
2.2- Tempo: Guerra Fria, “Defesa Hemisférica” e “Segurança Nacional”	30
2.3- A construção da Usina	34
CAPÍTULO 3- IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU NA URBANIZAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU	42
3.1- Plano de Desenvolvimento Urbano	42
3.2- A construção das Vilas de Itaipu	44
3.3- Produção dos mapas: 1974, 1984 e Mapa Axial.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXO.....	61

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte da continuação e reelaboração dos estudos iniciados no trabalho monográfico de conclusão de curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Além de um estudo delineado academicamente, trata-se de uma reflexão sobre o papel social da Arqueologia politicamente engajada. A disciplina, não se limitando à própria origem da palavra arqueologia – como o “conhecimento dos primórdios” ou “o relato das coisas antigas” –, alargou seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, seja ela situada no passado ou presente, em todas as sociedades onde possa existir a relação entre pessoas e coisas. Entretanto, é bastante desafiador pensar o mundo material em pleno curso contemporâneo, quando temos acesso a tantos documentos escritos para narrar os fatos históricos.

Chamada de Arqueologia Histórica, essa disciplina tão jovem nos debates arqueológicos brasileiros, têm encontrado uma ampla reflexão sobre sua própria natureza. Afinal de contas, o que mantém de pé o edifício da Arqueologia? Ela é História? É Antropologia?

Para Lima (2002), a Arqueologia é uma sólida e consistente metodologia, que contempla perspectivas integradoras, tanto de natureza histórica quanto antropológica. Não é História nem Antropologia, embora a influência causada por esses dois campos do conhecimento humano no seu desenvolvimento seja inegável.

Caracterizada como essencialmente interdisciplinar, no aspecto prático, a arqueologia bebe ainda dos conhecimentos advindos da Geologia, Topografia, Biologia, Química, etc; No campo das ideias, dialoga com a Sociologia, Arquitetura, Filosofia, Crítica literária, entre outras (SCHIAVETTO 2003; JOHNSON 2000; TILLEY 1990).

Para além desses debates, assumimos na presente pesquisa o que Shanks e Tilley (1987) propõem: a Arqueologia é, como um dos tantos sentidos que a palavra grega *Arqueo* sugere, o “estudo ou conhecimento do poder”. Nesse mesmo sentido, Foucault (1970, p. 235) plantea:

A arqueologia não trata de restituir o que pôde ser pensado, querido, encarado, experimentado, desejado pelos homens no instante mesmo em que proferiram o discurso, pois não é nada mais e nenhuma outra coisa que uma reescritura, isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação pautada do que tem sido e do que tem escrito. Não é a volta ao segredo mesmo da origem. É a descrição sistemática de um discurso objeto.

Ainda sobre as especificidades do pensamento arqueológico. O homem é o único animal que tem uma maravilhosa capacidade projetiva, pois ele projeta seus valores e ideologias em tudo o que concretiza materialmente, toda sociedade humana deixa sempre algum vestígio das suas relações e valores naquilo que usou, negociou, adorou e entesourou com ganância, sabedoria ou generosidade ao longo dos tempos (MATTA, 1983, p.31). À vista disso, a busca por explicações do mundo material contemporâneo tende a abordar os sistemas de produção e distribuição que proliferam os vestígios materiais da vida cotidiana. Nesse sentido, as relações de autoridade e subordinação próprias da organização social capitalista, são dadas “independentemente de toda a organização social, [e] nos são impostas junto com as condições materiais sob as quais produzimos e fazemos os produtos circular” (ENGELS, 1978).

O interesse dessa dissertação é aprofundar as investigações arqueológicas sobre a formação urbana de Foz do Iguaçu, a partir da chegada da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional (1974-1984). Os anos 1974 e 1984 representam, respectivamente, o momento de criação da entidade Itaipu Binacional e a entrada em operação da primeira unidade geradora da usina. O ano inicial considerado também representa a grande explosão populacional na cidade, enquanto o ano final marca o fim da primeira etapa das obras.

O período histórico considerado foi caracterizado pela ditadura militar-empresarial¹ e por significativas mudanças políticas, sociais e econômicas no Brasil. Pretende-se elaborar, em linhas gerais, reflexões sobre a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional e a posterior ocupação territorial de Foz do Iguaçu, cujos resultados foram impressos na forma como se construíram e se modificaram os espaços, no decorrer da formação urbana da cidade.

Tendo em vista tal cenário, o objetivo principal da pesquisa é analisar os impactos da construção da Itaipu Binacional na formação urbana de Foz do Iguaçu, entre 1974 e 1984, em uma conjuntura marcada pela ditadura empresarial-militar. Para isso, investigou-se o contexto de surgimento da usina de Itaipu, como fruto do seu espaço e do seu tempo, tema do capítulo dois e os impactos da construção da Itaipu Binacional na

¹O termo ‘ditadura empresarial-militar’ foi utilizado por Campos (2012). O referido trabalho revelou que, durante o regime, houve uma grande intervenção do Estado no setor de construção civil e também em sindicatos de trabalhadores. Nesse período, o tratamento conferido à classe trabalhadora foi de exploração e repressão em prol de empresários. A classe trabalhadora foi a parcela da sociedade brasileira mais penalizada pela política econômica implementada pelo regime ditatorial, pois para que o governo garantisse o “desenvolvimento com segurança”, mola mestra da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, foi criado o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, com o objetivo de coordenar e aplicar um novo modelo econômico com vistas a atrair o capital internacional e garantir o aumento da acumulação capitalista, imprimindo ao golpe um caráter não apenas militar, mas, sobretudo, empresarial.

urbanização de Foz do Iguaçu abordados no terceiro capítulo. Entretanto, a investigação demandou a utilização de conceitos e instrumentos teóricos e metodológicos da pesquisadora arqueóloga, em particular aqueles vinculados aos campos da Arqueologia do Capitalismo e Arqueologia Urbana, em diálogo com outros saberes das ciências humanas, que julgamos imprescindível que fosse apresentados nesta dissertação, o que foi feito no capítulo um.

Ao longo da investigação foram utilizadas distintas fontes, como: livros, artigos acadêmicos, entrevistas, teses e documentos oficiais. Na parte final, agregaram-se ferramentas de análise cartográfica, os mapas de nossa própria autoria. O resultado da produção desses mapas encontra-se em Anexo.

O trabalho está dividido em três partes, além da presente Introdução e das Considerações Finais. No Capítulo 1 falaremos da caixa de ferramentas do pesquisador arqueólogo e trataremos de conceitos e instrumentos teóricos e metodológicos da Arqueologia do Capitalismo, Arqueologia Urbana e suas possíveis aproximações com a metodologia marxista - materialismo histórico-dialético - e o pensamento pós-colonial, mais precisamente do conceito de Colonialidade do Poder.

Buscamos aqui esclarecer a noção de arqueologia tomada para o estudo da formação urbana de Foz do Iguaçu, das perspectivas teóricas assumidas, das diversas arqueologias e ferramentas metodológicas que permeiam esse trabalho. Nesse contexto, consideramos primeiramente que as interpretações formuladas a partir dessa pesquisa não correspondem às essencialidades originais de nosso objeto de estudo, mas são reflexões baseadas nos referenciais teórico-metodológicos empregados aqui e correspondem fundamentalmente às nossas escolhas.

No Capítulo 2 apresentaremos o contexto de surgimento da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. O caso é provocador, por tratar-se de um projeto executado ao longo de décadas, que perdurou apesar das mudanças de governos e que transcendeu as decisões pontuais de distintos grupos políticos. A lenta edificação de Itaipu atravessou um amplo período, pelo menos desde os anos 1950 até os anos 1980. Entendemos que a instalação da hidrelétrica exatamente no município de Foz do Iguaçu respondeu a uma criteriosa avaliação técnica, política e estratégica, sendo fruto palpável do seu espaço e do seu tempo. O espaço de Itaipu se trata de uma região de fronteira, cenário de disputas seculares na Bacia do Prata, cujo território é crucial para a articulação da América do Sul. O tempo da instalação de Itaipu era de mundo bipolar e de suposta ameaça comunista no cenário internacional e de desenvolvimentismo, de industrialização e de Doutrina de

Segurança Nacional no campo interno, em grande parte do período sob governos autoritários e ditaduras. O fato concreto é que foram os governos militares que construíram e inauguraram Itaipu. E essa realidade material condicionou o processo de fundação da usina e a forma de ocupação da cidade.

No Capítulo 3 foram analisados os impactos da construção da Itaipu Binacional na urbanização de Foz do Iguaçu. Para o estudo da formação urbana da cidade tomamos como base os referenciais teóricos, metodológicos e conceituais apresentados no capítulo inicial e a perspectiva espaço-tempo abordada no segundo capítulo. Igualmente, foram utilizadas bibliografias sobre o contexto de instalação da usina e a produção dos mapas da malha urbana da cidade. A leitura arqueológica dos espaços em diálogo com a documentação histórica buscou identificar as predisposições às políticas de vigilância, controle e exclusão de grupos que representassem uma ameaça à “segurança nacional”.

Ao longo da pesquisa, algumas leituras foram essenciais para poder interpretar as paisagens construídas. Pertencentes às esferas econômicas, sociais e políticas, essas paisagens construídas são representadas pela infraestrutura urbana, que comunicam ostentação ou pobreza econômica, integração ou segmentação social. Igualmente foi possível trabalhar a “sintaxe espacial” e seus conjuntos de métodos e técnicas de análise sintática utilizados para entender o funcionamento da relação entre a configuração do espaço de cidades e as relações sociais que as envolvem, em especial os fluxos e movimentos dos corpos.

Por fim, foi possível estudar a “morfologia urbana”. Revelada pelos estudos das plantas de cidades, propõe uma análise dos planejamentos urbanos e suas mudanças ao longo do tempo. Pesquisas dessa natureza buscam analisar a sociedade como um artefato, abordando as relações entre espaço e comportamento social para identificar os “espaços de exceção”, no qual os arranjos sociais são altamente segmentários, fortemente insulados, cerimoniais e hierárquicos, e caracterizam relações de poder (HOLANDA, 2018).

Os estudos que partem dessa perspectiva buscam evidenciar as transformações ocorridas nos desenhos urbanos ao longo do tempo. As ferramentas teórico-metodológicas da arqueologia urbana nos dão muitas razões para pensarmos na importância de uma arqueologia que busque evitar que as lógicas operativas e simbólicas dos espaços, elementos e conjuntos do urbano, sejam destruídos ou esquecidos.

A produção das bases cartográficas da cidade de Foz permitiu assinalar e comparar a evolução ocorrida na malha urbana da cidade, destacando o poder e o controle

das obras de Itaipu sobre o sentido do desenvolvimento da trama urbana. No processo de elaboração dos mapas, priorizamos a análise da formação das Vilas A, B e C e o sentido que a expansão urbana tomou no decorrer dos anos considerados. A partir desse exercício acreditamos na possibilidade de produzir uma referência de análise sobre o mundo material nesse contexto de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e estruturais, produzidas pela nossa formação moderno-colonial.

----- CAPÍTULO 1 -----

UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DA ARQUEOLOGIA E SUAS FERRAMENTAS

- 1.1- Arqueologia e o estudo do mundo material.....p.25**
- 1.2- Os aportes da Arqueologia Histórica.....p.28**
- 1.3- Arqueologia do Capitalismo: Foz do Iguaçu e o processo de conformação do mundo moderno.....p.32**
- 1.4- Arqueologia Urbana: aportes para os estudos das formações urbanas.....p.35**
- 1.5- Aproximação a perspectivas marxistas e pós-coloniais sobre a questão urbana**

1- A Arqueologia e suas ferramentas teórico-metodológicas

Neste capítulo falaremos da caixa de ferramentas do pesquisador arqueólogo e trataremos de conceitos e instrumentos teóricos e metodológicos da arqueologia que possibilitaram a realização da presente pesquisa. Buscamos aqui esclarecer a noção de arqueologia tomada para o estudo da formação urbana de Foz do Iguaçu, das perspectivas teóricas assumidas, das diversas arqueologias e ferramentas metodológicas que permeiam esse trabalho. Nesse contexto, consideramos primeiramente que as interpretações formuladas a partir dessa pesquisa não correspondem às essencialidades originais de nosso objeto de estudo, mas são reflexões baseadas nos referenciais teórico-metodológicos empregados aqui e correspondem fundamentalmente às nossas escolhas como pesquisadoras.

1.1- Arqueologia e o estudo do mundo material

Ao longo da sua construção como campo disciplinar, a Arqueologia tem se destacado como uma disciplina cujos principais focos de investigação situam-se na emergência, na manutenção e na transformação dos sistemas socioculturais que perpassam os tempos. Por ser um campo de conhecimento que utiliza a cultura material como dado, a disciplina teve que se aparelhar teórica, metodológica e tecnicamente para lidar com os aspectos concretos e tangíveis da produção humana. Esse fato tornou-a apta a lidar com o complexo domínio material da cultura, indissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento.

Os estudos de cultura material empreendidos pela Arqueologia compõem um campo amplo, de natureza multi e interdisciplinar (LIMA, 2002), voltado para o estudo de todos os aspectos do papel da materialidade nas sociedades humanas e as interações entre artefatos e relações sociais, seja em um passado longínquo ou em um passado recente (ou contemporâneo). Para Funari (2010, p. 13):

Talvez por uma questão de apego à própria origem da palavra arqueologia – o que em grego significa “conhecimento dos primórdios” ou “o relato das coisas antigas” – alguns pesquisadores tenham limitado o seu objeto de estudo “aos restos materiais de uma atividade exercida pelos homens do passado” (como diria o arqueólogo francês Jean Claude Gardin). Contudo, a arqueologia tem, nos últimos anos, alargado seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, passada ou presente.

Para Lima (2011), leituras arqueológicas são possíveis nos mais diferentes contextos, cronologias e sociedades, pois a arqueologia permeia o cotidiano das pessoas, estando presente em todas as sociedades onde possa existir a relação entre pessoas e

coisas (LIMA, 2011). Nesse sentido, ao romper com a tradição de pensar a Arqueologia como o estudo estritamente do passado mais antigo, a disciplina tem permitido cada vez mais a realização de pesquisas em períodos contemporâneos, que é o caso da Arqueologia Histórica. Como a presente pesquisa trabalha essencialmente com esse subcampo disciplinar, apresentaremos a seguir um breve panorama das pesquisas nessa área.

1.2- Os aportes da Arqueologia Histórica

As revisões sobre a Arqueologia Histórica na América do Sul foram realizadas principalmente por Funari (1995; 1996; 1997) e Zarankin (2002). No caso da produção brasileira, a revisão da produção foi feita por Lima (1993). Foram identificadas as principais correntes teóricas utilizadas nas abordagens arqueológicas desse subcampo disciplinar: o modelo histórico-cultural, a arqueologia processual e a pós-processual.

A abordagem histórico-cultural, bastante utilizada até a década de 1960, foi responsável pelo caráter fortemente pontual, empiricista, descritivo, classificatório e biográfico, mas também pela preferência inequívoca por monumentos do poder religioso, militar, civil, em detrimento de análises mais abrangentes de nosso passado histórico (LIMA, 2002).

De acordo com Lima (2011, p. 13):

Nessa linha de pensamento, a cultura material foi entendida como um reflexo passivo da cultura, sendo esta conceituada como um conjunto de normas, valores, ideias, prescrições e regras formais partilhadas por um determinado grupo. Inertes, os artefatos portariam significados que lhes seriam inerentes, cabendo ao investigador tão somente a tarefa de retirar deles a poeira do tempo para que esses significados aparecessem e o passado pudesse ser “reconstruído”.

No Brasil, os trabalhos desenvolvidos por essa abordagem teórica focavam em análises comparativas sobre as cerâmicas de vilas espanholas e sítios missioneiros do Paraná e do Rio Grande do Sul, e lançaram mão aos “estudos de aculturação”², ressaltando os processos de mudança na cultura material das populações guarani a partir do contato com os colonizadores espanhóis (SYMANSKI, 2009).

Depois da década de 1960, a Arqueologia Processual, ou Nova Arqueologia, começa a aparecer em alguns trabalhos de arqueólogos históricos. Tinha como objetivo o caráter mais científico da arqueologia, aproximando-a ao pensamento positivista e à

² Abordagem que se concentra nos processos de mudança cultural que poderiam ser observados na contemporaneidade em uma reflexão mais atenta acerca dos fenômenos decorrentes do contato entre diferentes culturas, em especial do contato entre a sociedade ocidental e as demais culturas nativas. (SILVA, 2015).

antropologia. Sua natureza positivista aproximou a arqueologia histórica a modelos matemáticos, permitindo, assim, a elaboração de leis gerais para o comportamento humano. Um dos seus pressupostos básicos é a busca por “elementos universais de comportamento humano, que não se limitariam a uma ou outra sociedade” (FUNARI, 2003, p. 50). Essa abordagem teórica defende que a adaptação humana ao meio ambiente é o fator condicionante para a mudança cultural. Para Lima (2002), a Arqueologia Processual é uma ferramenta teórico-metodológica insatisfatória para a Arqueologia Histórica, porque exalta a antropologia e as generalizações, mas nega a história e a importância das trajetórias históricas particulares.

Já ao final dos anos 70 e início dos anos 80, emergia uma nova maneira de pensar a arqueologia, impulsionada pela luta dos movimentos sociais. Surge, então, o Pós-Processualismo, descortinando novas possibilidades interpretativas, ampliando conceitos e a própria prática arqueológica.

Na contramão do Histórico-culturalismo e sob forte crítica ao positivismo da Nova Arqueologia, o Pós-processualismo se propõe uma perspectiva mais integradora ao invés de excludente. Pois ao absorver as melhores contribuições dessas correntes teóricas, como o ferramental básico da disciplina para a aquisição de dados empíricos do histórico-culturalismo, e a valorização do estudo dos processos sociais e o desenho cuidadoso das estratégias de pesquisa da Nova Arqueologia, o Pós-processualismo descortina múltiplas possibilidades de pensar a arqueologia, sobretudo a arqueologia histórica.

Desse movimento, emergiram diversas linhas de pesquisa com enfoques menos tradicionais, atentos às questões de cunho ético e político. Agora, o movimento Pós-Processual, mediado pelo campo das ideias e pela estrutura social, passava a preocupar-se com o estudo das relações de poder, dos conflitos de raça e de gênero dentro de contextos históricos específicos (LIMA, 2002).

Para Symanski (2009, p. 9):

As novas abordagens passaram a explorar temáticas sobre o comportamento de consumo, relações de poder, gênero, construção de identidades, e o papel estruturador do ambiente construído e das paisagens. O que essas abordagens têm em comum é a preocupação em entender os contextos locais em função de uma perspectiva macro, considerando as relações desses contextos com as forças mais amplas que moldaram o mundo moderno.

Dentro da corrente Pós-Processual, essas novas abordagens foram chamadas Arqueologias do Capitalismo e começaram a surgir na arqueologia a partir dos estudos da ideologia emergente do modo capitalista de produção, ganhando força ao destacar “a

natureza irreversivelmente global da sociedade mundial depois de 1500” (DEAGAN, 1991, p.97).

Consolidando-se definitivamente a partir do momento em que compreendeu seu papel fundamental na investigação dos aspectos materiais – em termos históricos, culturais e sociais concretos – dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo, a Arqueologia do Capitalismo defende o capitalismo como foco adequado da disciplina e propõe as questões como colonialismo, imperialismo, industrialização, luta de classes e formação social, como constituintes de extrema importância para o campo das ciências sociais.

1.3- Arqueologia do Capitalismo: Foz do Iguaçu e o processo de conformação do mundo moderno

Inicialmente proposta por Schuyler (1970), a Arqueologia do Capitalismo foi definida como o estudo das manifestações materiais da expansão da cultura europeia sobre o mundo não europeu. Na mesma direção, Orser (1992; 1996) definiu-a como o estudo arqueológico do processo de conformação do mundo moderno³ nas Américas, que se inicia com a invasão europeia ainda do século XVI, e coincide com a consolidação do sistema capitalista.

É inegável o impacto brutal do processo de expansão das potências europeias ao remodelar a configuração material, social e cultural das populações nativas americanas, africanas e asiáticas. Não por acaso, Orser (1996) chama a atenção para quatro dimensões fundamentais que caracterizam o período moderno: o colonialismo global, eurocentrismo, capitalismo e modernidade.

Para os arqueólogos que estudam o capitalismo, a Teoria do Sistema-Mundo, cujos pioneiros foram Wallerstein (1990) e Arrighi (1994), tem exercido forte influência. Segundo essa teoria, desde princípios do século XVI, vem se consolidando e fortalecendo um Sistema Mundial, como resultado da expansão do capital bancário e comercial do capitalista europeu nascente.

Os intelectuais que discutem a Teoria do Sistema-Mundo assinalam que, durante três séculos, do final do século XV ao final do século XVIII, a expansão mercantil europeia deu origem ao Sistema Mundial Moderno no lugar dos sistemas regionais, como

³ O mundo moderno ao qual nos referimos está relacionado ao conceito filosófico de modernidade (para maiores informações ler HABERMAS, 2002).

os impérios Otomano, Mongol, Maia, Asteca, Inca ou a Dinastia Ming Wallerstein (1990).

A estruturação de um Sistema liderado pelas cidades italianas e depois por Portugal, Espanha, Holanda e França, cujo protagonismo coube às monarquias dinásticas (Arrighi, 1994), permitiu que ao longo de séculos, uma espécie de globalização modeladora ganhasse o mundo via expansão do comércio, ampliação dos mercados e o crescente controle dos mares (HOBBSAWM, 1976). Na interpretação de Visentini (2008, p.15), “a construção de sistemas internacionais estruturados em escala mundial, dotados de continuidade histórica e de um caráter progressivo, se iniciou há quinhentos anos, com a revolução comercial que caracterizou a expansão europeia e a construção do capitalismo”.

Essa ênfase que a Arqueologia do Capitalismo tem dado para o fenômeno da globalização, reforçando a natureza hegemônica do capitalismo, tem encontrado resistência por parte de alguns pensadores latino-americanos, que tem criticado o foco no capitalismo como uma perspectiva que tende a legitimar o fenômeno da globalização, contribuindo para sustentar a natureza hegemônica desse sistema e a submissão dos países periféricos.

Essa visão crítica tem sido abordada por pesquisadores latino-americanos (SANTOS, 2005; SOUSA, 1998; SOUZA, 2002; SYMANSKI, 2002; TOCCHETTO, 2004). Destaca-se sobre essa temática os trabalhos da arqueóloga Tania Andrade Lima (1995; 1996; 1997; 1999). Para essa autora, não há dúvidas de que o capitalismo é um fenômeno global nem de que ao fazermos uma arqueologia histórica estamos fazendo uma arqueologia do capitalismo. O que a autora questiona é a utilização do passado para justificar e consolidar a hegemonia estadunidense sobre o mundo, propondo, na contramão, um fazer arqueológico que aponte de forma crítica para “como as nações centrais lançaram no mundo periférico as sementes do que viria a se tornar um dos mais espetaculares e perversos processos de dominação de toda a trajetória da humanidade” (LIMA, 2002, p. 17).

Partindo desse pressuposto, entendemos que a formação da cidade de Foz do Iguaçu representa um elemento tanto material como imaterial de diálogo com o processo de conformação da modernidade e, conseqüentemente, com o surgimento das cidades do mundo moderno como lugar de consumo, da divisão social do trabalho, do meio de produção material, de ampliação da produtividade e concentração de renda. Seu estudo, a partir da Arqueologia do Capitalismo, portanto, nos permite estabelecer um contexto

geral e ao mesmo tempo averiguar especificidades referentes à formação de Foz do Iguaçu.

A cidade de Foz do Iguaçu se configurou como um espaço de disputa, sendo percebido e significado de maneira diferente pelos grupos que lá viviam. Essa pesquisa procura investigar não as percepções desses atores sociais, mas como a implantação da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional – como um produto da ditadura empresarial-militar – impactou a vida de sua população e condicionou a formação urbana da cidade.

Ainda que não seja o foco principal do presente trabalho, vale mencionar que as práticas repressivas da ditadura empresarial-militar brasileira contra militantes e população comum foram aplicadas de forma contínua e sistemática pelo estado entre 1964 e 1985. Após o fim da ditadura, houve esforços por parte dos agentes da repressão para apagar seus crimes. Esses esforços culminaram na destruição de muitos dos documentos que poderiam esclarecer aspectos sobre o funcionamento da estrutura da repressão, as torturas, as mortes e os desaparecimentos promovidos pelo regime. Nesse sentido, a Arqueologia vem jogar luz sobre as lacunas causadas pela ausência desses documentos. Por meio das análises de vestígios materiais deixados em centros de detenção, tortura e morte, oficiais ou improvisados, ou por meio de escavações, a Arqueologia tem fornecido novas informações e dado voz aos que foram silenciados pela violência da ditadura. A esse campo de estudos da Arqueologia chamamos Arqueologia da Repressão. O tema tem sido abordado por estudiosos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, países submetidos a ditaduras militares, coordenadas pelo Plano Condor. No caso brasileiro, se faz referência aos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Arqueologia da repressão e da resistência, da UNICAMP, com destaque para as contribuições de Funari, Justamand e Mechi.

Dando continuidade ao tema central desta dissertação, depositamos nossa atenção ao estudo da formação urbana, pois esse é um campo da Arqueologia Histórica que corresponde aos anseios que fundamentam a presente análise. Sendo assim, se faz necessário discorrer acerca de como entendemos e utilizamos a interface entre arqueologia e formação urbana nessa pesquisa.

1.4- Arqueologia Urbana e o estudo das formações urbanas

O contexto histórico da ditadura empresarial-militar brasileira foi caracterizado por significativas mudanças na política e na economia do Brasil. Esse período nefasto deixou mazelas impressas na forma como se construíram e se modificaram os espaços e

as pessoas. Pelo fato da arqueologia ser um campo de conhecimento que utiliza a cultura material como dado, temos no estudo da formação urbana um laboratório privilegiado, único e acelerado para análise das mudanças socioculturais espaciais e temporais nesse ambiente específico.

A Arqueologia Urbana, como interface da Arqueologia Histórica, faz parte das disciplinas que se dedicam ao estudo desse ambiente específico, observando as transformações radicais dos padrões de vida anteriores, estabelecendo centros de confluência e influência em todas as sociedades, em pleno curso contemporâneo. O que está em foco nesse fazer arqueológico é uma arqueologia voltada ao mundo moderno, cujo interesse de estudo versa sobre a formação do nosso cotidiano contemporâneo, assim, instigando o pesquisador arqueólogo a se comprometer muito mais com o presente que com o passado (COSTA, 2013).

O uso de suas contribuições teóricas e metodológicas permite-nos evidenciar os elementos materiais e simbólicos das formações urbanas. Para tanto, contamos com seu caráter interdisciplinar, que bebe de diversas fontes de conhecimento, a exemplo: Sociologia, Arquitetura, Urbanismo, Geografia, Filosofia, Crítica Literária, entre outras (SCHIAVETTO, 2003; JOHNSON, 2000; TILLEY, 1990).

A Arqueologia Urbana é a arqueologia praticada no ambiente urbano. Sendo assim, seu papel é a recuperação da materialidade das histórias e trajetórias desses espaços urbanos, investigando seu surgimento, expansão e suas transformações através do tempo, à luz dos processos socioculturais, econômicos e políticos que os desencadearam.

Para um estudo da arqueologia urbana é importante que as investigações arqueológicas contemplem três princípios da formação desses espaços. São eles: a forma da cidade; o planejamento e execução urbana; e as dinâmicas sociais da vida urbana (COSTA, 2014). Para esse fim, pensamos em algumas análises que serviriam como modelo preditivo para entender qual a influência que Itaipu Binacional – dentro de um contexto de ditadura empresarial-militar brasileira -, exerceu sobre a formação urbana de Foz do Iguaçu.

A primeira, é evidenciar quais as mensagens através das paisagens construídas. Essas mensagens pertencem às esferas econômicas, sociais e políticas, e são representadas pela infraestrutura urbana, que comunicam ostentação ou pobreza econômica, integração ou segmentação social (COSTA, 2014). A segunda, é trabalhar a “sintaxe espacial” e seus conjuntos de métodos e técnicas de análise sintática utilizados

para entender o funcionamento da relação entre a configuração do espaço de cidades e as relações sociais que as envolvem, em especial os fluxos e movimentos dos corpos.

A Sintaxe Espacial foi criada para descrever o fenômeno da forma urbana e arquitetônica, consistindo basicamente em um modelo descritivo da estrutura configuracional do sistema espacial. Esse modelo é subdividido em dois tipos: Alfa (α) e Gama (γ). O primeiro destina-se a objetos urbanos e o segundo a objetos arquitetônicos (HILLIER e HANSON, 1984; HILLIER, 1996).

A terceira e última, é o estudo da “morfologia urbana”, revelada pelos estudos das plantas de cidades históricas, propondo uma análise dos planejamentos urbanos e suas mudanças ao longo do tempo. Os estudos que partem dessa perspectiva buscam evidenciar as transformações ocorridas nos desenhos urbanos ao longo do tempo (REGO & MENEGUETTI, 2011).

Como visto, as ferramentas teórico-metodológicas da arqueologia urbana elencadas acima nos dão muitas razões para pensarmos na importância de uma arqueologia do meio urbano. O trabalho de pesquisar o meio urbano a partir de uma perspectiva arqueológica é essencialmente o de evitar que as lógicas operativas e simbólicas dos espaços, elementos e conjuntos do urbano, sejam destruídos ou esquecidos.

1.5 - Aproximação a perspectivas marxistas e pós-coloniais sobre a questão urbana

As contradições de classe se fazem muito mais evidentes nos espaços urbanos e as cidades acabam se tornando casos mais acabados das crescentes contradições do capitalismo. Engels ressalta “o papel dos grandes centros industriais no desenvolvimento do movimento operário”; o surgimento dos primeiros operários que começaram a refletir sobre sua condição, pois foi nas grandes cidades, com suas contradições internas, que tiveram origem as “associações operárias, o cartismo e o socialismo” (INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO CC-PCUS, 1986, p. 64-67). Nesse mesmo sentido, Netto (2004, p. 40) afirma que a “urbanização moderna como variável da industrialização capitalista e, sobretudo, a cidade como topus do capitalismo constituído”. É a partir dessas considerações que, utilizando as contribuições de alguns teóricos, consideramos fundamental refletir sobre a questão das relações capital-trabalho no território. Essas interpretações, ainda preliminares, reforçarão as nossas análises sobre o caso específico de Foz do Iguaçu.

Desde as primeiras décadas do século XIX, Marx (2006) e Engels (2015) já reforçaram os argumentos sobre os interesses antagônicos e os conflitos de classe, especialmente nos espaços urbanos. Naquele momento, as velhas formas de organização econômica, política, social e cultural foram, pouco a pouco, transformadas na medida em que grandes contingentes populacionais deixavam os campos, cada vez mais cercados, e passavam a aglomerar-se em cidades industriais.

Os verdes campos e as pequenas vilas, onde os cidadãos eram proprietários das suas ferramentas, do seu tempo e do seu trabalho, deram lugar às urbes fumacentas, onde os novos habitantes, já despojados dos seus utensílios e do seu tempo, vendiam a sua força de trabalho como empregados de estruturas alheias. Nas palavras de Marx (2006), o urbano se impôs sobre o rural como forma de garantir o processo de concentração da propriedade e dos meios de produção.

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, um proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por força das circunstâncias (MARX, 2006, p.851).

No pensamento de Engels, a própria dinâmica capitalista empurra a sociedade para a constituição de conglomerados urbanos. Para esse autor,

A questão habitacional só pode ser resolvida a partir da superação da oposição entre cidade e campo, que é levada ao extremo na sociedade capitalista... Querer resolver a questão da habitação e, ao mesmo tempo, manter as grandes cidades modernas é um contrassenso. As grandes cidades modernas só serão eliminadas, porém, com a abolição do modo de produção capitalista (ENGELS, 2015, p. 29).

Em nossa primeira aproximação, com a finalidade de abordar o desenvolvimento desigual das cidades, a diferenciação social do espaço, o ambiente espacial dos grupos e a segregação urbana, temos como referência os trabalhos de Lefebvre (1999) e Harvey (2014). Um dos objetivos do filósofo e sociólogo francês é revelar as razões pelas quais o urbanismo está entre as instituições que freiam o surgimento de uma sociedade urbana verdadeiramente democrática e livre. Para o autor, o urbanismo incorpora uma racionalidade abstrata, cujos fundamentos sociais remetem ao Estado e à indústria; o urbanismo não compreende o espaço enquanto socialmente produzido e reproduz as tendências à segregação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano. Já o

geógrafo inglês ressalta o caráter urbano dos movimentos sociais originários da luta de classes.

Continuando nosso sobrevoo, utilizamos os esforços intelectuais de algumas teóricas, como Ramos (2002) e Coelho (2018), entre outras, para interpretar os fenômenos da desigualdade social, da fragmentação do território e da segregação socioespacial a partir da dinâmica da rentabilidade do capital.

A segregação socioespacial e seus efeitos na vida das populações atingidas somente podem ser explicadas a partir do estudo das relações de produção e das estruturas das classes sociais, ou seja: esse fenômeno também chamado de exclusão social, resulta das relações sociais capitalistas, ao produzir um acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca de riqueza social (RAMOS, 2002, p.138).

Nota-se que, de acordo com Coelho (2018), o marxismo vem contribuindo para essa discussão ao propor um “método histórico-estrutural de análise sobre o processo de urbanização capitalista, capaz de desenvolver um conjunto de mediações indispensáveis para desvendar a essência das relações sociais responsáveis pela produção-reprodução do capital no espaço urbano”. A mesma autora aponta que

O produto resultante é uma cidade que surge como um espaço fragmentado e articulado como centro de atração de interesses múltiplos. A busca incessante por melhorias no espaço citadino, por partes dos detentores de poder aquisitivo e a favor do capital, provoca a segregação socioespacial que implica na repulsão e expulsão das camadas sociais economicamente desfavorecidas para as áreas periféricas, que geralmente são impossibilitadas de ter acesso efetivo às políticas públicas e sociais do espaço citadino, agravando assim seu contexto de vulnerabilidade social (COELHO, 2018, p.40).

No caso do Brasil, é evidente o inchaço das cidades a partir da metade do século XX. Há uma grande quantidade de pensadoras, como Beserra & Teixeira (2016) e Maricato (2015), entre outros, que tratam desse fenômeno e agregam valor às nossas reflexões. Os acelerados processos de industrialização, urbanização e modernização agrária, sobretudo na segunda metade do século XX, estimularam a concentração populacional nas capitais e nas grandes cidades.

É a partir dessa configuração, que o crescimento das cidades brasileiras se dá de forma acelerada e desordenada, sendo que, de 1940 a 2010, a população urbana passou de 31% para 84%, representando um dos processos de urbanização mais intensos ocorridos no mundo. Esse deslocamento da população rural para as cidades vai abastecer os centros urbanos com mão-de-obra para o processo de industrialização. No entanto, essa modernização se dá à custa da força de trabalho barata, ignorada pelas políticas públicas (BESERRA & TEIXEIRA, 2016, p.234).

De acordo com Santos (1993, p.31), nos anos 1940, somente 30% dos brasileiros viviam em cidades; contra mais de 67% em 1980. Essas dinâmicas têm como uma de suas características mais marcantes a centralização da riqueza, a mercantilização das vidas, a evidência da pobreza e o afastamento imposto das grandes majorias para as áreas

periféricas. Além disso, seguindo a lógica herdada desde os tempos coloniais, nota-se uma expressiva concentração da população brasileira nas regiões costeiras.

Por sua vez, para Maricato (2015, p.11),

Antes de mais nada: a cidade é mercadoria. Bem, tudo o que vemos nesta sala é mercadoria: caneta, roupa, óculos, sapatos, móveis... estamos num país capitalista em que a generalização da mercadoria toma conta das relações sociais. E isso não é banal. Acontece que cidade e todos os elementos que a compõem - edifício, poste, mobiliário urbano, toda a rede de infraestrutura, pontes, viadutos, são mercadorias. Mas são mercadorias especiais. É muito importante fazer essa diferenciação porque há capitais que entram na produção de tudo que a gente precisa para viver e capitais específicos que entram na produção da cidade. A maior parte dessa especificidade se dá pela ligação com o solo urbano.

Por sua vez, para pensarmos o mundo pela ótica da arqueologia é necessário articularmos o estudo do pensamento ao estudo da cultura material, permitindo, assim, evidenciar o papel da dimensão concreta das relações sociais que possui a cultura material. Para tanto, algumas questões precisam ser levantadas. São elas: por que, para quem ou para que, a cultura material age sobre as pessoas?

Para responder a tais questões, optamos pela “opção pós-colonial” – epistêmica, teórica, política, porque acreditamos que seja uma perspectiva que busca fazer uma categorização crítica, cujo locus está na América Latina. Mais precisamente, buscamos dialogar com o conceito de Colonialidade do Poder proposto por Aníbal Quijano para uma reflexão profunda e situada sobre o contexto de Foz do Iguaçu após a chegada da Hidrelétrica Itaipu Binacional.

A Colonialidade do Poder, conceito cunhado e desenvolvido por Aníbal Quijano (1989), designa uma matriz que envolve tudo aquilo que estrutura o sistema-mundo moderno/colonial que, por sua vez, acaba influenciando nas nossas formas de construir, pensar e sentir o mundo que vivemos: controle da economia; controle da autoridade; controle da natureza e dos recursos naturais; controle do gênero e da sexualidade; controle da subjetividade e do conhecimento. Aqui, encontramos a crítica à modernidade/colonialidade que busca sempre reproduzir padrões hierárquicos globais já existentes.

A noção de Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005, pp. 227-278) possibilita problematizar os reflexos sócio-políticos de configurações históricas que não conseguiram se emancipar de uma classificação social da população mundial, porque se encontram amarradas a um sistema-mundo moderno que estabelece um padrão de poder embasado nas relações de interdependência da própria população tida como periférica do planeta. Assim temos a ideia de raça, que é completamente esvaziada de sentido moderno

antes da América. Para Quijano (2005, p. 117): “A formação de relações sociais fundadas nessa idéia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras”. Adquiriram também uma conotação racial, por exemplo, os termos espanhol e português, que antes indicavam apenas o país de origem. Visto que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes.

De acordo com Quijano (2005, p. 118), a idéia de raça acabou por naturalizar as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus, resultando em uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Essa representação de dominação social subjuguou os povos conquistados e dominados colocando-os em situação de inferioridade fenotípica, mental e cultural. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Articulado a isso se deu a construção das hierarquias raciais, de classe e de modos de apropriação dos recursos naturais, podendo então serem vistas como coisas simultâneas (CASTRO-GOMEZ & GROSGOUEL, 2007).

A colonialidade do poder estabelece como ponto de intersecção, em suas políticas de controle e domínio social, a exclusão de grupos que tem como critério hierárquico a classe, a raça e o trabalho, que ditarão quem pode ou não ter acesso à terra e água, etc. Nesse sentido, há claramente uma intersecção do conceito de Colonialidade do Poder com o conceito de Racismo Ambiental.

O Racismo Ambiental diz respeito às injustiças sociais e ambientais que incidem de forma desigual sobre grupos vulnerabilizados e se configura por meio de ações não necessariamente de intenção racista, mas que tenham impacto racial. Selene Herculano (2008) refere-se a esse tipo de desigualdade e de injustiça ambiental como algo que recai sobre etnias e todo grupo de populações tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas, etc. – que têm se defrontado com a chegada de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida.

Essa noção sobre os reflexos negativos dos grandes empreendimentos é um exemplo claro das articulações entre capitalismo global e Estados nacionais e seus efeitos para a formação dos subcapitalismos dos países periféricos da América Latina, que acabam por formar economias regionais e locais que marginalizam e estratificam étnica e socialmente a população. É o que Pablo González Casanova (2006) chama de “colonialismo interno”.

----- CAPÍTULO 2 -----

O ESPAÇO E O TEMPO DA HIDRELÉTRICA ITAIPU BINACIONAL

- 2.1- Espaço: relevância da região de Foz do Iguaçu p.15**
- 2.2- Tempo: “Defesa Hemisférica”, Guerra Fria e “Segurança Nacional”p.17**
- 2.3- A construção da Usina.....p.19**

2- Foz do Iguaçu e a hidrelétrica Itaipu Binacional

No presente capítulo apresentaremos o contexto de surgimento da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. O caso é muito instigante, exatamente por tratar-se de um projeto complexo, executado ao longo de décadas, que perdurou apesar das mudanças de governos e que transcendeu as decisões pontuais de distintos grupos políticos. A lenta edificação de Itaipu atravessou um amplo período, pelo menos desde os anos 1950 até os anos 1980.

Entendemos que a instalação da hidrelétrica exatamente no município de Foz do Iguaçu respondeu a uma criteriosa construção secular técnica, política e estratégica, sendo fruto palpável do seu espaço e do seu tempo. O espaço de Itaipu se trata de uma região de fronteira, cenário de sangrentas disputas seculares na Bacia do Prata, cujo território é crucial para a articulação de toda a América do Sul. O tempo de Itaipu era de mundo bipolar e de suposta ameaça comunista no cenário internacional e de desenvolvimentismo, de industrialização e de Doutrina de Segurança Nacional no campo interno, em grande parte do período sob governos autoritários e ditaduras (FERNANDES, 2009).

De maneira geral, as decisões brasileiras de política externa foram bastante influenciadas pelas comoções das duas guerras mundiais e suas sequelas, as cálidas perturbações da Guerra Fria, a preocupante bipolaridade entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁴, as duas grandes crises do petróleo, a secular tendência à deterioração dos termos de troca e as tensões do sistema financeiro internacional, entre outros fatos (SEVERO & SEVERO, 2023). Ou seja, buscaremos identificar como esses vetores tempo-espaço acabaram condicionando os passos para a fundação da empresa em Foz do Iguaçu, assim como a forma de ocupação da cidade.

Conforme veremos, há séculos existia uma preocupação com relação à defesa e ocupação da região de Foz do Iguaçu. Há décadas ganhava força a ideia do Brasil de aproximar-se do Paraguai e de afastar esse país vizinho das suas relações já consolidadas com a Argentina. Há décadas havia claras intenções brasileiras de estabelecer vínculos mais densos com os países banhados pelo oceano Pacífico. Há décadas eram apresentadas

⁴ A URSS foi a primeira grande experiência de Estado socialista, com planejamento centralizado da economia. Surgida em 1917, passou por longo e intenso período de industrialização e modernização da sua estrutura produtiva, especialmente entre os anos 1930 e os 1950. Os avanços soviéticos tiveram como resultados elevados níveis de desenvolvimento científico, tecnológico e militar. No campo aeroespacial, por exemplo, era clara a supremacia da URSS: em 1957, lançou o primeiro satélite artificial; em 1961, levou o primeiro homem ao espaço; em 1963, a primeira mulher ao espaço. Esses fatores aumentavam a preocupação dos Estados Unidos com relação ao suposto “perigo vermelho”.

propostas de construir uma usina hidrelétrica nas volumosas águas do rio Paraná para alimentar de energia o ímpeto industrialista. Igualmente, há décadas existia o interesse de solucionar um imbróglho de limite territorial em torno do ponto mais elevado das Sete Quedas, na Serra de Maracajú.

O fundamental é perceber que caso de Itaipu torna-se ímpar por englobar um amplo conjunto de variáveis que convergem em um espaço específico e em um tempo específico, deslocando a construção da usina para a cidade de Foz exatamente em meio ao período de vigência da tenebrosa ditadura militar-empresarial. Parece correto considerar que seja impossível reproduzir essa conjunção de fatores em outros lugares e em outros momentos históricos.

2.1- Espaço: relevância de Foz do Iguaçu

Desde as primeiras décadas da ocupação espanhola e portuguesa na América do Sul, a área em torno da fronteira tri-nacional entre Argentina, Brasil e Paraguai foi cenário de um complexo emaranhado de embates e enfrentamentos no lento processo de formação dos Estados Nacionais e de consolidação dos seus limites territoriais (BANDEIRA, 2012). Logo no início dos anos 1600, já foram criadas na região as missões ou reduções jesuíticas do Guayrá e Iguazu, hoje parte integrante do estado do Paraná, exatamente na fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai. Os aldeamentos indígenas administrados e organizados pelos padres estendiam-se pela vasta região, nas áreas de contato dos territórios atuais dos três países (MAEDER & GUTIÉRREZ, 2009).

Mapa 2: O Caminho de Peabiru, parte do Qhapaq Ñan



Segundo Garavaglia e Fradkin (2009), a partir da acelerada fragmentação do Vice-Reinado do Rio da Prata e da Independência do Paraguai, em 1811, acumularam-se pouco a pouco grandes tensões associadas à indispensável necessidade de saída de Assunção para o mar. Para Villagra (2012, p.175),

El Paraguay logró la experiencia inédita en ese momento en América Latina, de sumar a la novísima independencia política adquirida la mucho más costosa y preciada independencia económica, en un breve lapso de solo dos décadas. Se logró mantenerse por fuera del proceso de neo-colonización económica que entonces abrumaba al resto de los países de la región, entre ellos Brasil y la Argentina, acogotados por el libre comercio que entonces imponía Inglaterra.

Ou seja, depois da fragmentação do Vice-Reinado, o Paraguai formalizou a sua independência e se consolidou como um território mediterrâneo e mesopotâmico, com o seu destino fortemente vinculado aos rios Paraguai e Paraná (SARUBBI, 2011). Esses dois poderosos cursos d'água se transformaram nas artérias vitais do país vizinho e, ao mesmo tempo, representaram o seu profundo e permanente elo de unidade e de estresse com as demais nações da Bacia do Prata.

Desde então, nas primeiras décadas do século XIX, se tornaram tensos e frequentes os desentendimentos de Assunção com Buenos Aires, especialmente devido ao tema da navegabilidade paraguaia pelo estuário do rio da Prata, assim como com o Império do Brasil, graças às preocupações relacionadas com o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Depois de algumas décadas, como se sabe, os resultados dessas contendas foram a sangrenta Guerra da Tríplice Aliança, que uniu Argentina, Brasil e Uruguai contra o Paraguai, entre 1864 e 1870. Continuamente, a zona da “tríplice fronteira” foi se consolidando como um espaço de crescentes desafios (LETURCQ, 2018).

Desde muito cedo, os governos da nascente república brasileira e o Itamaraty compreenderam a importância fundamental da conexão do Brasil com os vizinhos. Já na década de 1920, diante da marcada presença argentina nas demais economias do Cone Sul, o Brasil estimulou articulações para a construção de ferrovias de conexão com o Paraguai e a Bolívia, visando estender as suas relações e a sua influência rumo ao oceano Pacífico. Travassos (1931) menciona com clareza a importância decisiva do Paraguai e das vias bioceânicas entre o Atlântico e o Pacífico.

Ostria Gutiérrez (1946) igualmente reforça a relevância de alguns territórios, sobretudo do Paraguai, da Bolívia e de espaços adjacentes, como uma área de “soldadura” e “bisagra”, fundamental para a integração ou a desintegração regional. Já Oliveira e García (2010) sustentam que as nações e os territórios mediterrâneos da América do Sul formariam o *Heartland* continental. Por um lado, essas regiões estariam confinadas no interior do espaço sul-americano e afastadas dos mares, entre a Cordilheira dos Andes e a Amazônia, por outro lado possuiriam grande potencial para atuarem como espaços articuladores, como possíveis nós agregadores da região.

Em 1941, o presidente Getúlio Vargas foi a Assunção e se tornou o primeiro chefe de Estado do Brasil a visitar o Paraguai. Havia um claro interesse do Brasil de estreitar os laços com os países vizinhos e edificar um vínculo mais sólido com a vertente do Pacífico da América do Sul, necessariamente via Bolívia e Paraguai. Já em 1944, começaram os trabalhos de expansão da rodovia entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu (PINTO BARROS, 2016). Poucos anos antes, havia sido criada a Comissão Mista Brasil-Bolívia, responsável por promover a extensão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), o “Trem do Pantanal”, até a fronteira com a Bolívia⁵.

O trecho brasileiro da ferrovia parte de Santos, no litoral paulista. A linha férrea chegou a Corumbá, no limite territorial do Brasil com o país vizinho, no início dos anos 1950. A partir de então, em apenas três anos foi concluída a extensão da malha por outros 600 km, até a cidade de Santa Cruz de la Sierra. A ação respondia à busca das fronteiras, chamada de “Marcha para o Oeste” por meio das Colônias Agrícolas Nacionais, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e a ocupação territorial do Centro-Oeste (FELÍCIO COSTA, 2021). Para Sodré, a ocupação seria feita de maneira que, primeiramente, se dissipassem os riscos de perda de porções do território,

⁵ A canção “Trem do Pantanal” é considerada um símbolo musical de Mato Grosso do Sul. Composta em 1975, conta a história de um fugitivo da ditadura brasileira que parte rumo a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia.

mantendo-se assim a unidade nacional. Em segundo lugar, o país melhoraria as condições de exercer alguma influência sobre os demais Estados integrantes do Cone Sul.

A política governamental visava estimular a integração nacional e a ocupação produtiva capitalista de imensos territórios, por meio da migração de habitantes de outras regiões mais povoadas. Primeiro veio a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), instalada em 1941. Depois, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943. Esse passo expansionista buscava ser uma etapa preliminar para a ocupação da Amazônia (FREITAS & MELLO, 2014). Neste sentido, Dutra e Silva (2017) recorda “a destruição trazida pela expansão para o Oeste, a colonização de desflorestamento e a convivência lado a lado de projetos excludentes, espaços de modernidade e conservação”.

Com relação à exploração das potencialidades hídricas da região de fronteira, Silva et al (2019) apontam que

A riqueza hídrica da Bacia Platina viabilizou a construção de inúmeras usinas hidroelétricas na região ao longo do século XX. Estas hidrelétricas começaram a ser construídas principalmente a partir dos anos 1940-1950, principalmente a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que construíram importantes usinas como Furnas, Bariri, Mascarenhas de Moraes e Engenheiro Souza Dias (na bacia do rio Paraná).

Em 1956, em Foz do Iguaçu, foi realizado um encontro histórico entre os presidentes do Brasil, Juscelino Kubitschek, e do Paraguai, o ditador Alfredo Stroessner. A reunião consolidou uma longa lista com projetos de integração binacional, especialmente na área de infraestrutura física (MENEZES, 1987). Entre os tantos pontos abordados estavam o apoio brasileiro à drenagem do rio Paraguai, a construção de uma ponte entre os dois países, os estudos para o aproveitamento de bacias hidrográficas para a geração de energia e a construção das conexões rodoviárias entre as cidades paraguaias de Concepción e Pedro Juan Caballero com a brasileira Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul. Um dos principais anúncios foi a retomada das obras para a construção das estradas pavimentadas entre Assunção e o porto de Paranaguá, no Paraná. Os 1000 km de asfalto representariam uma saída alternativa para o Paraguai pelo oceano Atlântico.

Dando continuidade às ações iniciadas pelo governo anterior, em janeiro de 1964, três meses antes do golpe de Estado no Brasil, o presidente João Goulart se reuniu com o seu homônimo paraguaio, o ditador Stroessner, para avançar nas discussões sobre a construção conjunta de uma usina binacional de geração de energia. Segundo Castro (2023), o governo de João Goulart encomendou a um escritório de engenharia estudos para a construção de uma usina hidrelétrica em território brasileiro, tendo inclusive recebido proposta de assessoria técnica da União Soviética. De acordo com Pinto Barros

(2016), “depois de quase dois anos de trocas de notas, Jango e Stroessner se encontraram em Mato Grosso para resolver a questão, decidindo de forma verbal que Sete Quedas seria fonte de benefício energético para Brasil e Paraguai”.

Há registros de que, desde muitos anos antes, o governo brasileiro compreendia que o aproveitamento conjunto do potencial do rio Paraná poderia ser uma excelente forma de superar as intermináveis discussões com o Paraguai sobre a necessidade de demarcar a área das Sete Quedas. A fronteira Brasil-Paraguai foi estabelecida em 1874, depois de dezoito conferências da Comissão Mista binacional. O limite ficaria na 5ª queda principal do chamado Salto das Sete Quedas, o ponto mais alto ligado ao cume da Serra de Maracajú. Definiu-se, naquele então, que as Sete Quedas pertenciam inteiramente ao Brasil. No entanto, mais de seis décadas depois, em 1938, o governo paraguaio começou a manifestar dúvidas com relação à 5ª queda como o ponto mais alto, reivindicando a posse sobre as Sete Quedas (PINTO BARROS, 2012).

A construção conjunta de Itaipu, além das motivações para produzir energia renovável aos dois países, representava a pretensão política de articulação do Brasil com os países vizinhos sul-americanos e de diminuir a influência argentina sobre a economia paraguaia. Em 1966, já sob o governo do ditador Castelo Branco, os chanceleres do Brasil e do Paraguai assinaram a “Ata do Iguazu”, também chamada de “Ata das Cataratas”. Esse documento inédito assinalava, pela primeira vez, a intenção de dividir o aproveitamento dos recursos energéticos das Sete Quedas, “pertencentes, em condomínio, aos dois países”. De acordo com Victal e Araujo (2011, p.80),

A partir desse acordo, a Itaipu Binacional ficaria responsável por realizar o melhor aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná e zelar pelos interesses de ambos os países, podendo projetar, dirigir e executar todas as obras correspondentes à implantação do projeto, bem como colocá-las em funcionamento e explorá-las da forma mais adequada.

Outra novidade no documento foi a decisão de envolver a Argentina nas discussões referentes à região, o que permitiu, já no ano seguinte, a realização de um encontro entre todos os países da Bacia do Prata. Naquela ocasião, finalmente, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai começaram a dar os primeiros passos para diminuir as históricas tensões entre si.

Passo a passo, foram abertas as portas para a criação de uma Comissão Técnica Mista Brasileiro-Paraguaia, em 1967, que seria encarregada de tirar do papel propostas como a utilização do potencial hidrelétrico do rio Paraná, principalmente entre o Salto de Guaíra e o estuário do rio Iguazu (AMARAL E SILVA, 2006). Para Mello

(1987), “a importância política do projeto é um forte indício de que a escolha do local para construção da usina hidrelétrica, assim como o condomínio brasileiro-paraguaio sobre Itaipu, foram ditados por razões de ordem política”.

Além disso, existia plena compreensão de governantes e técnicos brasileiros de que a grande usina geradora de energia hidrelétrica poderia ser construída inteiramente dentro do território brasileiro (MENEZES, 1987). Segundo Pinto Barros (2016), “existiam condições interessantes da usina ter sido construída em Santa Maria, poucos quilômetros abaixo dos Saltos das Sete Quedas”. Mas a decisão de criar Itaipu como uma empresa binacional com o Paraguai teve cunho estratégico e político. Por essa razão, depois de analisar várias dezenas de propostas para o melhor aproveitamento do potencial energético das Sete Quedas, optou-se por construir uma usina na cidade de Foz do Iguaçu, alguns poucos quilômetros ao norte da Ponte da Amizade, que havia sido inaugurada em 1965.

As ideias foram se consolidando até 1971, quando

Os estudos técnicos apresentaram 50 propostas para o aproveitamento energético das Sete Quedas, mas apenas duas demonstraram ser vantajosas. A primeira previa a construção de uma usina de grande porte localizada 190 km abaixo da região das Sete Quedas, em Itaipu. Já a segunda previa a construção de duas usinas, sendo que uma se localizaria a 15 km das Sete Quedas e a outra em Itaipu. Levando em conta os custos para construção da usina, as condições geológicas e outros elementos decidiu-se pela primeira opção, sendo que a hidrelétrica seria construída 14 km águas acima da Ponte Internacional da Amizade entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (PINTO BARROS, 2016).

Espósito Neto (2012) também salienta que a localização da obra poderia ser questionada diante de tantas outras alternativas para garantir a demanda brasileira de energia por meio do aproveitamento de outros pontos do rio Paraná, de outros rios ou outras bacias. Mas o governo brasileiro, dando continuidade ao projeto de várias décadas, entendeu que era o tempo de criar Itaipu em Foz do Iguaçu. Para Victal & Araujo (2011, p.80),

A intenção de transformar o Brasil em uma potência mundial fazia parte de um projeto político que teve como foco a construção de uma hidrelétrica. O projeto de Itaipu aparecia nos discursos como uma promessa de desenvolvimento capaz de colocar o Brasil em um cenário de prosperidade.

Além da usina, entre os anos 1950 e 1970, foram realizadas outras três importantes obras: a Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, em 1965; a BR-277, que liga Foz do Iguaçu com os portos de Paranaguá-PR e Santos-SP (e a capital Assunção com o oceano Atlântico); e a ponte sobre o rio Apa, entre Bela Vista-MS e Bella Vista-PAR, inaugurada em 1971. Um quarto acontecimento relevante foi a fundação, em 1957, de Puerto Flor de Lis, futura Puerto Presidente Stroessner, hoje

chamada de Ciudad del Este. O movimento expressa claramente uma marcha paraguaia ao leste, buscando criar vias alternativas à tradicional saída ao mar pelos rios Paraguai e Paraná.

2.2- Tempo: “Defesa Hemisférica” e “Segurança Nacional”

A Doutrina Monroe, anunciada pelo presidente James Monroe, dos Estados Unidos, em 1823, tinha três fundamentos: a não criação de novas colônias nas Américas; a não intervenção europeia nos assuntos internos dos países americanos; e a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados com os países europeus e suas colônias. Ao longo do século XIX, com a finalidade de ampliar o seu domínio sobre a região, o governo estadunidense buscou estabelecer conexões entre a “Doutrina Monroe”, o “Destino Manifesto” e o “Corolário Roosevelt” ou “*Big Stick*” (SEVERO, 2015).

Sobre o Destino Manifesto, em seu discurso de posse, em 1857, o presidente dos Estados Unidos, James Buchanan, esclareceu que: “A expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça... e nada pode detê-lo”. Já a política do “*Big Stick*” (em português, “Grande Porrete”), de 1904, foi a denominação da política externa do presidente Theodore Roosevelt, tomando como base a própria Doutrina Monroe. Fiori (2008) aponta que, em 1914,

Woodrow Wilson completou o desenho da estratégia continental dos Estados Unidos no século XX, baseada em três direitos de intervenção – auto atribuídos – em qualquer território do “hemisfério ocidental”: i) em caso de “ameaça externa”; ii) em caso de “desordem econômica” e iii) em caso de “ameaça à boa democracia”. No período da Guerra Fria, os Estados Unidos patrocinaram em todo continente guerras civis, intervenções militares e regimes ditatoriais contra um suposto “inimigo externo”.

Pois terminada a II Guerra Mundial, em 1947, com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), no Rio de Janeiro, entrou em vigência a “Doutrina da Defesa Hemisférica”. Tratava-se de uma reedição da “Doutrina Monroe” e do “Corolário Roosevelt”. De acordo com o TIAR, um suposto ataque contra qualquer um dos países das Américas seria considerado como uma agressão contra todos.

Nos anos 1950, os presidentes Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón buscaram avançar com a integração binacional, compreendendo que a articulação entre Brasil e Argentina seria um importante embrião para a unidade da América do Sul. O acordo entre os mandatários fazia parte do “Bloco Austral”, um resgate do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile) desenhado pelo brasileiro Barão do Rio Branco e pelo argentino Roque Sáenz Peña. Oddone e Granato (2008, p.27) reproduzem o posicionamento do general Perón:

Ni la Argentina, ni el Brasil, ni Chile, aislados, pueden soñar con la unidad económica indispensable para enfrentar un destino de grandeza. Unidos forman, sin embargo, la más formidable unidad a caballo sobre los dos océanos de la civilización moderna. Desde esa base, podría construirse hacia el norte la Confederación Sudamericana, unificando en esa unión a todos los pueblos de raíz latina. ¿Cómo? Sería lo de menos, si realmente estamos decididos a hacerlo.⁶

Entretanto, depois do suicídio de Vargas, em 1954, e do golpe contra Perón, em 1955, os fortes ímpetus integracionistas foram debelados. Em 1961, A “Escola das Américas” reformulou seus currículos e no contexto da guerra fria, passou a ter como objetivo central a “formação de contra-insurgência anticomunista”. Depois de 1964, os dois maiores países da América do Sul voltaram a afastar-se e a olhar-se com desconfiança. Visentini (2008, p.32) considera que

A radicalização político-social interna que marcou a crise do populismo, combinada com a busca da autonomia brasileira em relação aos Estados Unidos, justamente no momento que esse país procurava conter o desgaste da sua hegemonia mundial, criou uma situação insustentável para o regime brasileiro e sua diplomacia. Foi o momento do contra-ataque do projeto da ESG⁷. O alinhamento automático com Washington, efetuado pela Doutrina de Segurança Nacional após 1964, combinou-se com a contenção do movimento popular e das tendências ‘esquerdistas’ da estratégia anterior.

O primeiro governo da ditadura brasileira, de Castelo Branco, respondeu às demandas dos Estados Unidos. Submergido na geopolítica da Guerra Fria, priorizou as ideias de “fronteiras ideológicas”, de “soberania limitada” e de um “mundo livre sob liderança dos Estados Unidos”. Couto (2006, p.30-31) recorda que o chanceler brasileiro Juracy Magalhães “reconhecia a existência de um só bloco regional no continente, a própria América”. O ministro dizia que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

Entre 1969 e 1974, sob o governo ditatorial de Médici, o país viveu os chamados “Anos de chumbo” e a ideia de “Brasil potência”. Em 1969, decretou-se uma revigorada Lei de Segurança Nacional (LSN), estabelecendo a prisão perpétua e a volta da pena de morte no Brasil depois de oito décadas extinta. Amparado no Ato Institucional

⁶ Candeas (2010, pp.179-180) expõe fragmento de Perón: “Soy un profundo convencido de que la unión de Argentina y el Brasil soluciona todos los problemas que pudieran presentarse en esta parte del continente... Cuando Vargas subió al gobierno me prometió que nos reuniríamos en Buenos Aires o en Río y haríamos esse tratado que yo firmé con Ibáñez después; el mismo tratado. Ese fue un propósito formal que nos habíamos trazado. Más aún, dijimos ‘Vamos a suprimir las fronteras si es preciso!’”.

⁷ No Brasil, além do treinamento militar de diversos oficiais nessa “Escola”, foi criada em 1949 a Escola Superior de Guerra (ESG), que cumpriu um papel importante na formação de militares e civis a partir dos novos preceitos de segurança para o continente. A Escola Superior de Guerra surgiu, portanto, não apenas para formar o alto comando militar, mas também segmentos civis da classe dominante. Tratava-se de preparar esses grupos para enfrentar um “novo tipo de guerra”, que se traduziu no combate a toda demanda social que contrariasse os plane- jamentos governamentais de desenvolvimento brasileiro. (MECHI, 2015).

nº5, previam-se “medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”. Por meio do terrorismo de Estado, o governo brasileiro ampliou o grau de arbitrariedades contra a sociedade (BAUER, 2005; MECCHI, 2013; MECCHI & JUSTAMAND, 2014). A fonte de inspiração anticomunista foi a Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de trabalhos do general Golbery do Couto e Silva.

Evidentemente, a ideia de “Brasil potência” do governo Médici criou grande desconforto e preocupação nos vizinhos (VIGEVANI & RAMANZINI JÚNIOR, 2010). Ao mesmo tempo em que a ditadura reprimia os trabalhadores e restringia o poder de compra dos salários, o país vivenciava uma arrancada industrialista. Durante o denominado “Milagre econômico” (1968-1973), foram ampliados os gastos públicos e o papel das empresas estatais, principalmente da indústria pesada, como siderurgia, construção naval, petroquímica e geração de energia. A média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi superior aos 11% (BATISTA, 1987).

Esse quadro foi visto pelos demais como uma ameaça (SOMBRA SARAIVA, 1995, p.40). Vale lembrar que a economia brasileira se tornou maior do que a argentina somente ao longo dos anos 1950. Para Vigevani e Ramanzini Júnior (2010, p.464) igualmente consideram que “o conceito de ‘projeção de poder’ no plano regional e a percepção do destino do Brasil como ‘potência mundial’, forte na ESG, causaram desconfiança nos vizinhos quanto às intenções do Brasil na região nas décadas de 1960 e 1970”.

A ditadura brasileira apoiou intervenções e golpes contra governos anti-imperialistas da região, com destaque para os casos da Bolívia, em 1971, do Chile e do Uruguai, em 1973, e da Argentina, em 1976 (SANTOS, 2018, p.1). A “Operação Condor” promoveu uma espécie de integração regional das forças repressivas para perseguir líderes políticos e sociais contrários ao regime militar. Alguns presidentes latino-americanos foram depostos ou assassinados, em uma etapa marcada pela forte ingerência externa (PALMAR, 2011).

Por sua vez, Silva (2010) revela os vínculos das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) da Itaipu, entre 1973 a 1988, com os órgãos de repressão da ditadura brasileira e as suas ligações com o Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación (ESMAGENFA) do Paraguai. Em outro trabalho, Silva (2017) aprofunda o estudo sobre “as conexões repressivas no Cone Sul entre as

décadas de 1960 a 1990”, demonstrando as relações entre a “Escola das Américas”, os golpes de Estado e os “esquadrões da morte”.

Existe abundante literatura sobre a cooperação entre as estruturas de vigilância e controle internas de empresas estatais e órgãos de inteligência da ditadura (CAMPOS & MOTTA BRANDÃO, 2023; CASTRO, 2023; SILVA, 2010; 2017). Casos envolvendo a Petrobras, Fiat, Companhia Docas de Santos, Itaipu, Josapar, Paranapanema, Cobrasma, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Aracruz, Volkswagen e Folha de S.Paulo estão ligadas a algum tipo de violação de direitos durante a ditadura militar no Brasil. O que essas pesquisas concluem é que as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), supervisionadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), constituíram-se como importantes dispositivos de controle e vigilância dos movimentos sindicais, políticos e sociais em todo o território nacional.

De um ponto de vista complementar, também é correto afirmar que os posicionamentos brasileiros, especificamente entre as décadas de 1970 e 1980, foram influenciadas pelo cenário internacional de Guerra Fria e pelas relações sócio-políticas próprias dos projetos de desenvolvimento implantados pela ditadura empresarial-militar⁸.

2.3- A construção da Usina

A partir da década de 1970, com o forte crescimento da economia brasileira, tornou-se ainda mais urgente a expansão da infraestrutura, sobretudo da geração de energia, para dar sustentação à expansão industrial. Marco importante deste período, a Usina Hidrelétrica de Itaipu inseriu-se na fase de grande salto econômico, quando se aceleraram as ações voltadas à transformação do aparato produtivo. Como dito anteriormente, o chamado “milagre econômico” foi marcado pela repressão política aos movimentos sociais, o arrocho salarial, a brutal concentração de renda, o endividamento externo e a entrada de investimentos diretos externos, especialmente estadunidenses. Sem desenvolvimento, houve apenas crescimento econômico.

⁸ O termo ‘ditadura empresarial-militar’ foi utilizado por Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, entre outros autores/as em seu artigo intitulado “Brasil, o “campeão mundial de acidentes de trabalho”: controle social, exploração e precarização durante a ditadura empresarial-militar brasileira”, no qual a autora analisa o tratamento conferido à classe trabalhadora daquele período. De acordo com Silva, a classe trabalhadora foi a parcela da sociedade brasileira mais penalizada pela política econômica implementada pelo regime ditatorial, pois para que o governo garantisse o “desenvolvimento com segurança”, mola mestra da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, foi criado o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, com o objetivo de coordenar e aplicar um novo modelo econômico com vistas a atrair o capital internacional e garantir o aumento da acumulação capitalista, imprimindo ao golpe um caráter não apenas militar, mas, sobretudo, empresarial. (SILVA, 2015).

Fig. 3 – Vista aérea da hidrelétrica de Itaipu



Fonte: <https://www.clickfzdoiguacu.com.br/wp-content/uploads/2017/02/itaipu-aerea-marquetti.jpg>. Acesso: 20 de outubro de 2021.

Nesse contexto, o governo brasileiro buscou ampliar a produção de energia elétrica, pautada no aproveitamento do potencial energético disponível no país. Naquele momento, a eletricidade surgiu como um ponto primordial nas diretrizes do planejamento nacional, como podemos observar no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), entre 1972 e 1974. O plano contava com a seguinte proposta:

Efetivação de um certo número de grandes programas de investimentos, cada um deles de valor superior ao equivalente a um bilhão de dólares, em cinco anos, em consonância com o propósito de consolidar a infraestrutura econômica e as indústrias básicas (BRASIL, 1971, p.8).

A partir de 1974, o governo adotou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O Estado assumiu o papel de agente produtivo e, para enfrentar o drama do choque do petróleo, o setor público investiu em novas hidrelétricas, prospecção de petróleo (via cooperação com multinacionais), usinas nucleares e no Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Lessa (1995, p.25) também recorda a “necessidade de obter recursos financeiros e energéticos para sustentar o processo de crescimento econômico”. De acordo com o II PND,

I - O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo, e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica em grande ênfase nas Indústrias Básicas, notadamente o setor de Bens de Capital e o de Eletrônica Pesada, assim como o campo dos Insumos Básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação. [...] III — A Política de Energia, num País que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada), passa a ser peça decisiva da estratégia nacional. O Brasil deve, no longo prazo, atender

internamente ao essencial de suas necessidades de energia (BRASIL, 1974, p.16).

Utilizando-se do instrumento legal representado pelo Tratado de Itaipu, foi criada a Empresa binacional para construir e gerenciar a usina. Ainda em 1974, chegaram ao canteiro de obras as primeiras máquinas para a construção. A inundação da área para a represa representou o fim das Sete Quedas, que ficaram submersas (Imagem 6).

Imagem 6 – As Sete Quedas antes e depois da inundação



Fonte: <https://mundomaps.blogspot.com/2011/07/salto-de-sete-quedas.html>. Acesso: 8 de janeiro de 2022.

Sob influência das variáveis espaço-tempo apresentadas, a localização em uma área estratégica e de fronteira, em meio à Guerra Fria e sob um governo militar, a cidade de Foz do Iguaçu, na década de 1970, foi tornada área de interesse da Segurança Nacional. Para Jussaramar da Silva (2010, p.38),

A questão da Segurança Nacional nas regiões das fronteiras integra a lógica mesma da formação de um Estado-nação e/ou de um país e, em geral, as tensões entre os países ativam as medidas, com o intuito de proteger a região que as circunda. No entanto, a especificidade do caso é que a ênfase na proteção às fronteiras, não decorre das tensões entre os países em confronto, mas sim de uma colaboração para a proteção das ditaduras, para a vigilância e repressão ao “inimigo interno”.

Contudo, mesmo que tenha passado por esses processos detonados pela ideia de progresso nacional, Foz mantinha características de cidade de interior. No que diz respeito à densidade populacional e ao trânsito de pessoas, atendia apenas aos visitantes que

buscavam visitar as Cataratas do Iguazu e aos turismo em busca de compras em Ciudad del Este, no Paraguai.

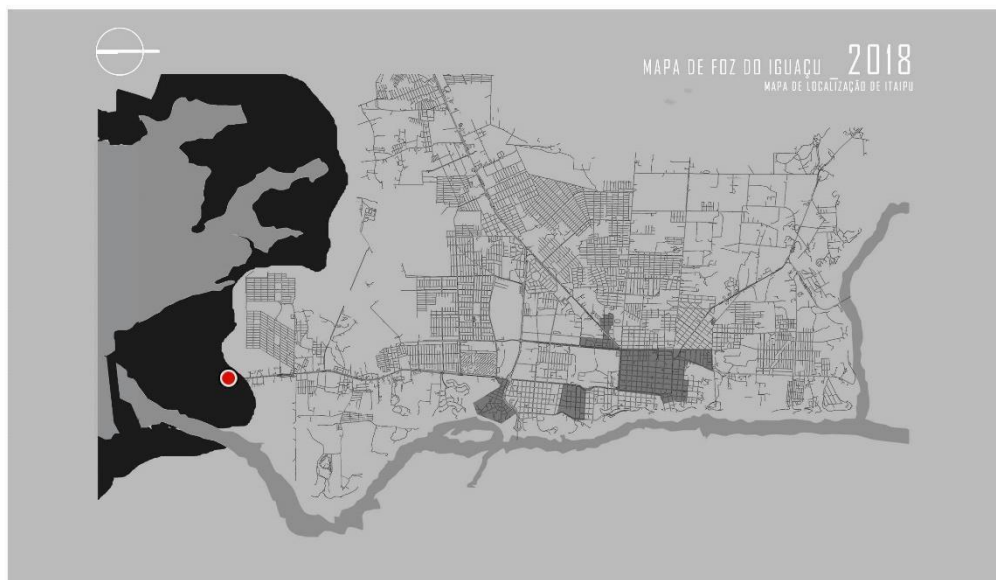
Mapa 1 – Localização de Foz do Iguazu no contexto global do Estado do Paraná



Fonte: Albuquerque, 2018

Nesse sentido, a partir da cerimônia de formalização da criação da entidade Itaipu Binacional, em maio de 1974, em Foz do Iguazu, conduzida pelos generais-presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, iniciaram-se as obras da usina e de suporte à construção da barragem. As ações incluíam a edificação de alojamentos, conjuntos habitacionais e pavimentação de rodovias, ruas e avenidas, que interligariam a futura barragem a Foz do Iguazu e as cidades paraguaias de Hernandárias, Ciudad del Este, Porto Franco e Minga Guaçu, todas situadas nas proximidades do local de implantação da usina (RIBEIRO, 2002).

Mapa 2 – Localização da hidrelétrica Itaipu, no contexto global de Foz do Iguaçu



Fonte: Albuquerque, 2018

Thaumaturgo, Simões & Trannin (2013) consideram que

Com 88 anos de formação, Foz do Iguaçu não apresentava crescimento significativo em sua população e economia. A cidade não estava devidamente preparada para receber uma população de aproximadamente 40 mil operários com suas respectivas famílias, vindas de vários estados do país para a construção da usina.

Com o início da obra (Imagem 7), em 1974, e a chegada de milhares de trabalhadores e funcionários, a população da cidade cresceu quase 4 vezes, passando de 34 mil habitantes em 1974 para 135 mil em 1980. Tal expansão acelerada exigiu investimentos em infraestrutura, para “melhorar o abastecimento de água e energia elétrica, produzir o atendimento à saúde e educação (mediante a construção de hospitais, escolas e estradas), bem como a criar vilas residenciais” (RIBEIRO, 2002, p.54).

Gráfico 1: Crescimento da população de Foz entre as décadas de 1940 e 2020

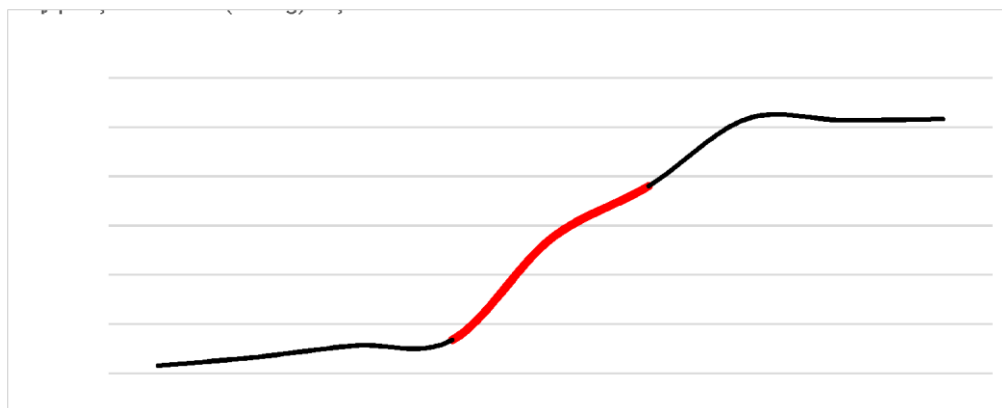


Imagem 7 – Imagem da preparação do canteiro de obras de Itaipu



Fonte: ARAUJO, 2011

A localização da barragem foi estabelecida entre os municípios de Foz do Iguaçu e de Hernandárias. No período, ambas as cidades tinham uma infraestrutura simples, incapazes de receber o contingente populacional previsto pelo projeto.

No lado brasileiro, Foz do Iguaçu possuía apenas duas ruas asfaltadas, enquanto no lado do Paraguai, a Cidade do Leste, vizinha de Hernandarias, contava com apenas 17 anos de existência. Até aquele momento, a economia destas cidades se estruturava apenas pela lógica de fronteira: baseada no comércio fronteiriço e nas atividades extrativistas, contando com a nova ponte e com o rio Paraná para o escoamento dos produtos em direção aos portos marítimos na Argentina e no Uruguai (VICTAL & ARAUJO, 2011, p. 80).

Contudo, a chegada da hidrelétrica não foi o único momento histórico de explosão do contingente populacional da cidade. Como assinala Leila Thaumaturgo (2012), Foz contou com três fases de aumento da sua população. A primeira, de 1889 a 1920, período da implantação da Colônia Militar, o número de habitantes cresceu aproximadamente 1.890%. A segunda, na década de 1950, período da migração dos colonizadores agrícolas e do avanço da agricultura regional, a população cresceu cerca de 115%. A terceira, na década de 1970, quando da construção da usina de Itaipu, a população cresceu aproximadamente 300%.

Apesar do crescimento percentual ter sido mais expressivo entre 1889 e 1920, foi entre a década de 1960 e década de 1970 que Foz do Iguaçu contou com uma expansão populacional mais significativa, sendo transformada pelos impactos referentes à urbanização. A partir da inauguração da Ponte da Amizade (em 1965), o término da construção da rodovia BR-277 (em 1969) e, especialmente, o início da construção da

Usina de Itaipu (em 1974), Foz se transformou em uma importante via de ligação entre os dois países. O município se converteu em polo de interesse econômico regional e nacional (THAUMATURGO, SIMÕES & TRANNIN, 2013), estimulando as migrações. As comunidades árabes, de sírios, palestinos e libaneses, começaram a chegar nos anos 1950, mas intensificaram a sua presença nos anos 1980, como resultado direto da construção de Itaipu e da Guerra do Líbano, de 1982.

---- CAPÍTULO 3 ----

IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU NA URBANIZAÇÃO DE FOZ

3.1- Plano de Desenvolvimento Urbano	p.40
3.2- A construção das Vilas de Itaipu	p.45
3.3- Produção dos mapas de 1974, 1984 e Mapa Axial.....	p.50

3- Impactos da construção de Itaipu na urbanização de Foz

Na presente pesquisa, buscamos evidenciar as transformações ocorridas no espaço urbano de Foz do Iguaçu a partir da chegada de Itaipu. Para tanto, alguns aportes teóricos, metodológicos e conceituais, foram essenciais. Primeiro, para interpretar as mensagens estampadas nas paisagens construídas. Mensagens pertencentes às esferas econômicas, sociais e políticas, representadas pela infraestrutura urbana que comunica ostentação ou pobreza econômica, integração ou segmentação social (COSTA, 2014). Segundo, para entender o funcionamento da relação entre a configuração do espaço de cidades e as relações sociais que as envolvem, em especial os fluxos e movimentos dos corpos. Nesse sentido, trabalhamos com a “sintaxe espacial” e seus conjuntos de métodos e técnicas de análise sintática. Terceiro e último, para propor uma análise dos planejamentos urbanos e suas mudanças ao longo do tempo, a partir do estudo da “morfologia urbana”.

As ferramentas teóricas, metodológicas e conceituais da arqueologia urbana nos dão muitas razões para pensarmos na importância de uma arqueologia que busque evitar que as lógicas operativas e simbólicas dos espaços, elementos e conjuntos do urbano, sejam destruídos ou esquecidos.

3.1- Plano de Desenvolvimento Urbano

O fator Itaipu tem, portanto, as suas peculiaridades, sobretudo pela influência no acelerado processo de urbanização da cidade. De acordo com Thaumaturgo (2012), observa-se que em 37 anos de urbanização, entre 1970 e 2007, o crescimento da malha urbana foi de impressionantes 6.600%. Para se ter uma ideia, no mesmo período, a população brasileira cresceu bastante, mas muito menos: 80%. Os mapas disponíveis nas pesquisas da referida autora sobre o processo de urbanização em Foz demonstram o avanço da urbanização antes e depois da chegada da usina.

Ao tratar do processo de urbanização de regiões de fronteira, Jane Victal e Adelita Araujo de Souza (2011) consideram que a construção de Itaipu Binacional induziu a um grande processo de urbanização das cidades paraguaias e brasileiras. Segundo essa autora, no caso de Foz do Iguaçu, o processo de expansão urbana iniciou-se com as obras de infraestrutura que dariam suporte à construção da barragem. Evidenciou-se que a partir da chegada de Itaipu, aumentaram os problemas migratórios e do comércio fronteiriço facilitado pela Ponte da Amizade, assim como aqueles relacionados à infraestrutura básica da cidade.

Segundo os estudos realizados pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (1974), assim como parte considerável das cidades brasileiras, a infraestrutura urbana de Foz não acompanhou o crescimento populacional, ampliando as deficiências do atendimento de serviços públicos de esgoto, água, eletricidade e telefonia. Desses serviços, apenas o abastecimento de energia elétrica foi considerado razoável, alcançando 65% do total de residências.

Os indicadores apontavam que 23% das residências possuíam abastecimento de água e 18% rede de esgoto, índices considerados baixos. [...] O estudo também pontua que a energia gerada pela Usina de Itaipu não traria benefícios diretos à cidade de Foz do Iguaçu e ao oeste do Paraná, não tendo a função de oferecer novas fontes de suprimento energético para o desenvolvimento da região. A energia produzida seria repassada diretamente à Eletrobrás, que comercializaria com suas empresas subsidiárias, Furnas e Eletrosul, alcançando Foz do Iguaçu indiretamente, através do circuito nacional de distribuição de energia elétrica, no qual o Estado do Paraná estava inserido (UFPR apud VICTAL & ARAUJO, 2011, p. 117).

Para Thaumaturgo (2013), a chegada do grande contingente populacional e, conseqüentemente, dos problemas infraestruturais tiveram relação direta com o fato de que a cidade teve pouco tempo de preparação para a implantação do megaprojeto Itaipu, realizado apenas um ano depois da aprovação das negociações. Na tentativa de atenuar as contradições do projeto e de reduzir os impactos sócio-espaciais, a prefeitura encomendou um Plano de Desenvolvimento Urbano para a cidade, que contava com estudos feitos por arquitetos, urbanistas e engenheiros da UFPR. Tratava-se de um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, entre a Itaipu Binacional e o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Planejamento, tendo a UFPR como agente executora (VICTAL & SOUZA, 2011).

O estudo tinha como objetivo desenvolver uma política urbana que estivesse de acordo com as novas exigências populacionais e urbanas, em relação aos impactos gerados pela concretização do projeto Itaipu. A ideia era fornecer orientação ao planejamento urbano:

Nesse sentido, foi estruturado o modelo de crescimento urbano, o qual desenvolve para o Leste, ao longo da Rodovia BR 277 – em uma direção integrada com o modelo regional que tem como polo de atração a cidade de Cascavel – e termina entre os obstáculos naturais e artificiais – no caso as futuras ferrovia e rodovia, além do Rio Tamanduá – que se lhe impõe. Numa primeira etapa de desenvolvimento, tem-se a partir de um ponto de entroncamento viário, a Leste sobre a BR 277, as vias de interligação, dirigidas em função das diversas obras existentes: Cataratas, Cidade, Ponte da Amizade, Vila Residencial de Itaipu, Canteiro de Obras e o Lago (PARANÁ, 1975, p. 73).

O Plano de Desenvolvimento contou com a construção de conjuntos habitacionais (Vilas de Itaipu). As vilas foram destinadas aos funcionários da usina de acordo com a sua função/escolaridade: a Vila “A” era destinada aos funcionários de nível

médio técnico; a Vila “B”, aos engenheiros e cargos de chefia; e a Vila “C” foi destinada aos barrageiros. Esta última foi construída próxima ao canteiro de obras, para facilitar o transporte e o controle dos funcionários.

O relatório do Plano de Desenvolvimento apontou para o sentido que a expansão da cidade deveria tomar, direcionando-a no sentido Leste, pensando numa interligação urbana com outros municípios. Além disso, o projeto enfatizava a necessidade de integração entre o núcleo urbano e as vilas residenciais de Itaipu, agindo, assim, como elemento de controle das tendências de expansão urbana e orientando-se para um desenvolvimento axial, integrando os dois polos. O plano pautava a necessidade de integração entre a expansão urbana da cidade e as vilas residenciais de Itaipu, articulando as possíveis zonas de crescimento que vinham na direção Sul para o sentido Norte da cidade (VICTAL & SOUZA, 2011).

Todavia, diferente daquilo que o planejamento urbano imaginou para a cidade de Foz, as localizações das vilas e suas estruturas bastante diferenciadas qualitativamente, o plano de expansão centralizado ao redor do 34º Batalhão de Infantaria e direcionado a Norte (sentido que o ligaria à hidrelétrica), mostraram o objetivo de regular os pontos de encontro dos dois polos (SOUZA, 2011). Assim, o modelo proposto pelo projeto, diferente do objetivo expresso de integrar, evidenciou um projeto de poder e segregação, que criou espaços distintos dentro da cidade. Nessa perspectiva, a construção de Itaipu conduziu à formação de uma estrutura de ocupação e tipologia urbana hierárquicas, refletidas na apropriação do espaço urbano segregado.

Não são muitas as referências materiais que temos sobre o resultado negativo que Itaipu imprimiu na formação urbana de Foz do Iguaçu. Todavia, temos referências sobre as tentativas de soluções encontradas para esses problemas, como o Plano de Desenvolvimento Urbano. Entretanto, tal plano, ao invés de contribuir para a redução da segregação urbana e criar melhores condições de vida naquele espaço, agravou a sua condição. Dessa forma, o trabalho acabou legitimando as contradições do modelo, ampliando a diferenciação e segregação urbana próprias do modelo capitalista, que relega a parte social e humana.

3.2- A construção das Vilas de Itaipu

A construção das vilas operárias entre os anos de 1975 e 1979 foi um dos aspectos mais influentes nas transformações ocorridas em Foz do Iguaçu. Ao todo, foram construídas onze vilas, sendo três implantadas em Foz (Vila A, B e C) e as demais no

Paraguai: cinco em Ciudad del Este (Áreas 1, 2, 3, 4 e 8), uma em Minga Guazu (Área 7), uma em Presidente Franco (Área 5) e uma em Hernandárias (Área 6) (RAMMÉ & PINA, 2019).

As vilas de Itaipu são, sem dúvida, o melhor exemplo que temos sobre a conquista de poder e domínio que Itaipu almejou impor sobre as relações sociais entre ela, seus funcionários e os moradores da cidade. Como afirma Sotuyo (1998, p. 125):

Com a construção das vilas houve um isolamento espacial e social com o resto da cidade. Itaipu quase que formou uma cidade dentro de outra. A sua grandiosidade tanto física quanto econômica e política possibilitaram um enorme poder de dominação sobre todo o espaço urbano, alicerçado na propriedade privada do solo o que lhe permitiu a produção e a distribuição das residências (SOTUYO, 1998, 125).

De acordo com Correia (2010), os impactos gerados pela implantação das vilas promoveu alterações na paisagem urbana e na forma de habitar de milhares de pessoas. Essas mudanças foram ocasionadas pela segregação social e espacial, que tinham como finalidade garantir que a força de trabalho estivesse próxima da empresa, permitindo uma maior capacidade de controle dos trabalhadores.

Segundo Rammé e Pina (2019), pensando no controle efetivo dos trabalhadores, as Vilas de Itaipu foram construídas segregadas da malha urbana existente e divididas de acordo com as categorias e a função de cada funcionário dentro da empresa. Outro aspecto elencado pelas autoras é o fato dessas vilas terem sido construídas com diferentes padrões morfológicos, o que gerou diferentes impactos na paisagem urbana e nas dinâmicas de expansão futuras. Para a formulação dessas hipóteses, as autoras buscaram identificar as diferentes Regiões Morfológicas das Vilas de Itaipu relacionando-as com o traçado viário e o parcelamento do solo urbano, a partir da compreensão dos processos históricos que transformaram esses territórios habitacionais.

Para a construção das Vilas de Itaipu (A, B e C), foram desapropriados 460 hectares (ha) para a formação da vila “A”, 115 ha para a formação da vila “B” e 5570 ha para a formação da vila “C”, do refúgio ecológico e do canteiro de obras. Segundo Thaumaturgo (2002), toda a área desapropriada foi aplainada, destruindo as plantas e as árvores para a construção das vilas. A respeito da formação e características das vilas, foram consultados os trabalhos de Aranha (2003, [2012]), Araujo (2011), Jesus (2006, [2008]), Ribeiro (2008), Souza (2014), Sotuyo (1998, [2006]) e Victal & Araujo (2011).

A Vila A (Figura 6) foi destinada aos técnicos e funcionários do administrativo de Itaipu. A vila possuía 2.200 casas de 19 modelos diferentes que variavam de 60 m² a 150 m² de área construída. Esse conjunto habitacional foi o único conjunto de residências

a possuir casas de madeira e casas de alvenaria. O projeto de urbanização dispunha de igrejas, centros comerciais, centros executivos, agências bancárias, supermercados, hospital, clube e escola, todos construídos em alvenaria.

A Vila B (Figura 7) foi designada aos diretores e gerentes de Itaipu e composta por um total de 221 casas, todas de alvenaria, oscilando entre 150 m² e 300 m² de área construída. Esse conjunto habitacional tem características físicas e estruturais de condomínio fechado: despojado de circulação de transporte coletivo, com exceção dos ônibus da empresa Itaipu; possui guarita com guardas exclusivos e circuito interno de TV; possui clube exclusivo aos seus moradores, o Ipê Clube; há também uma Capela e um clube de pesca chamado “Toca do Pescador”. Além disso, a vila B é muito arborizada - diferente da Vila C, que teve boa parte da sua vegetação destruída para a sua construção -, possuindo várias áreas verdes e parques (SOTUYO, 1998, p. 88).

A Vila C (Figura 8) foi destinada aos funcionários com menor grau de qualificação técnica, como: carpinteiros, armadores, pedreiros, operadores de máquinas, maquinistas, cozinheiros, eletricitas, encanadores, auxiliares de escritório, barrageiros e outros funcionários responsáveis pela infraestrutura do empreendimento. Foram construídas 2.900 residências geminadas em grupo de quatro e tinham aproximadamente 70 m², que acomodavam cerca de 15.000 pessoas; cujas atividades estavam totalmente direcionadas às atividades da usina. (VICTAL; ARAUJO, 2011).

Ao contrário do projeto para as vilas A e B, a vila C não teve acesso à rede de abastecimento de água e à rede de esgoto sanitário. Além disso, em comparação com as outras vilas em relação com a distribuição espacial das vilas e a estética das casas e infraestruturas disponíveis, a Vila C tinha um caráter mais rudimentar, com materiais com vida útil reduzida a 10 anos. As moradias foram construídas com um bloco tipo galpão pré-fabricado com telhas de zinco. Construções simples, em blocos de concreto e que teriam apenas a duração da obra, devendo ser desmontadas quando concluído o projeto final de Itaipu.

Os equipamentos urbanos destinados aos conjuntos habitacionais também foram elementos que diferenciaram as estruturas nos bairros. No plano educacional, foram construídos dois colégios que ofereciam ensino básico para os filhos dos trabalhadores, na Vila C, destinado aos filhos dos “peões”; na Vila A, exclusivo para os filhos dos funcionários dos outros dois bairros.

Outros fatores também contribuíram para a produção do espaço sócio-espacialmente vigiado, controlado e segregado. O fato da vila C ter sido construída no

canteiro de obras de Itaipu a manteve afastada do centro da cidade. O acesso ao conjunto residencial era feito por uma única avenida, que por sua vez foi construída pela Itaipu para permitir o acesso de materiais e maquinarias ao canteiro de obras. A vila era isolada, cercada por arame farpado, muros e na entrada havia uma guarita com segurança 24 horas por dia, controlando a entrada e saída dos moradores e visitantes. A visitação era feita por um aviso prévio e, segundo a regra, o morador informava os dados do visitante, o número de pessoas, se estas eram parentes ou não, e quantos dias ficariam hospedadas na casa do trabalhador.

A infraestrutura, organização e funcionalidade diferenciada da formação das vilas revelou-se como forma de controle, vigilância e segregação. De acordo com Thaumaturgo (2002):

Itaipu sempre manteve uma grande estruturação em todos os aspectos, em particular, no tocante à habitação, as vilas foram planejadas e esquematizadas de maneira a que existissem dentro delas subdivisões. A moradia nas vilas e dentro de cada uma delas variava de acordo com categorias profissionais, composição familiar, anos de trabalho e atributos pessoais. Esses critérios criaram lutas individuais por posições e espaços dentro da empresa (local de trabalho) e das vilas (local de moradia), dando lugar à subjetividade e à singularização, nada que fuja aos padrões sociais modernos da humanidade. Mas, ao criar um espaço segregado, multiplicam-se as diferenças e os processos de singularização. Encorajam-se conflitos sócio-espaciais em torno de um espaço que se considera comunitário. Esta ordem e este planejamento de "um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar", revela o autoritarismo da empresa, vigente na época, passando a decidir sobre a ordem deste espaço. Itaipu isolou e controlou o espaço das vilas, mediante o conhecimento do número de moradores, dos tipos de moradias, dotando-as de uma infraestrutura própria, com sub-centros de serviços e comércios, padronizando as ruas, calçadas, cercas e áreas verdes, mantendo sobre elas uma ampla vigilância.

As pesquisas de Campos & Motta Brandão (2023) indicam que um forte controle era exercido sobre todos os aspectos das vidas dos operários. Esse controle era realizado pelas Assessorias Internas de Segurança (AESI) e por agentes de segurança do consórcio Unicon.

Essas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) de Itaipu constituíram-se como um braço da repressão no Brasil e no Paraguai, bem como da Operação Condor. Durante o período analisado, elas tiveram o papel de espionar e emitir relatórios sobre os trabalhadores de Itaipu, bem como de quaisquer pessoas que fossem consideradas suspeitas na região da Tríplice Fronteira (Silva, 2020, p. 9).

A função das AESI de Itaipu era garantir a vigilância e o controle dos trabalhadores brasileiros e paraguaios como uma demanda da “segurança nacional”. A ideia primordial era suprimir as atividades associativas ou reivindicativas dos trabalhadores, limitar as possibilidades de organização sindical, controlar e levantar

informações sobre os trabalhadores mobilizados para a construção da obra, além de inibir a “ameaça comunista”, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional.

Contudo, o aparato repressivo não se restringia somente à vigilância e controle dos operários. Há evidências de detenção, tortura e desaparecimento de trabalhadores. Como a companhia de Itaipu era presidida por generais brasileiros, questões trabalhistas eram tratadas como assunto de segurança nacional na medida em que representassem uma “ameaça comunista”.

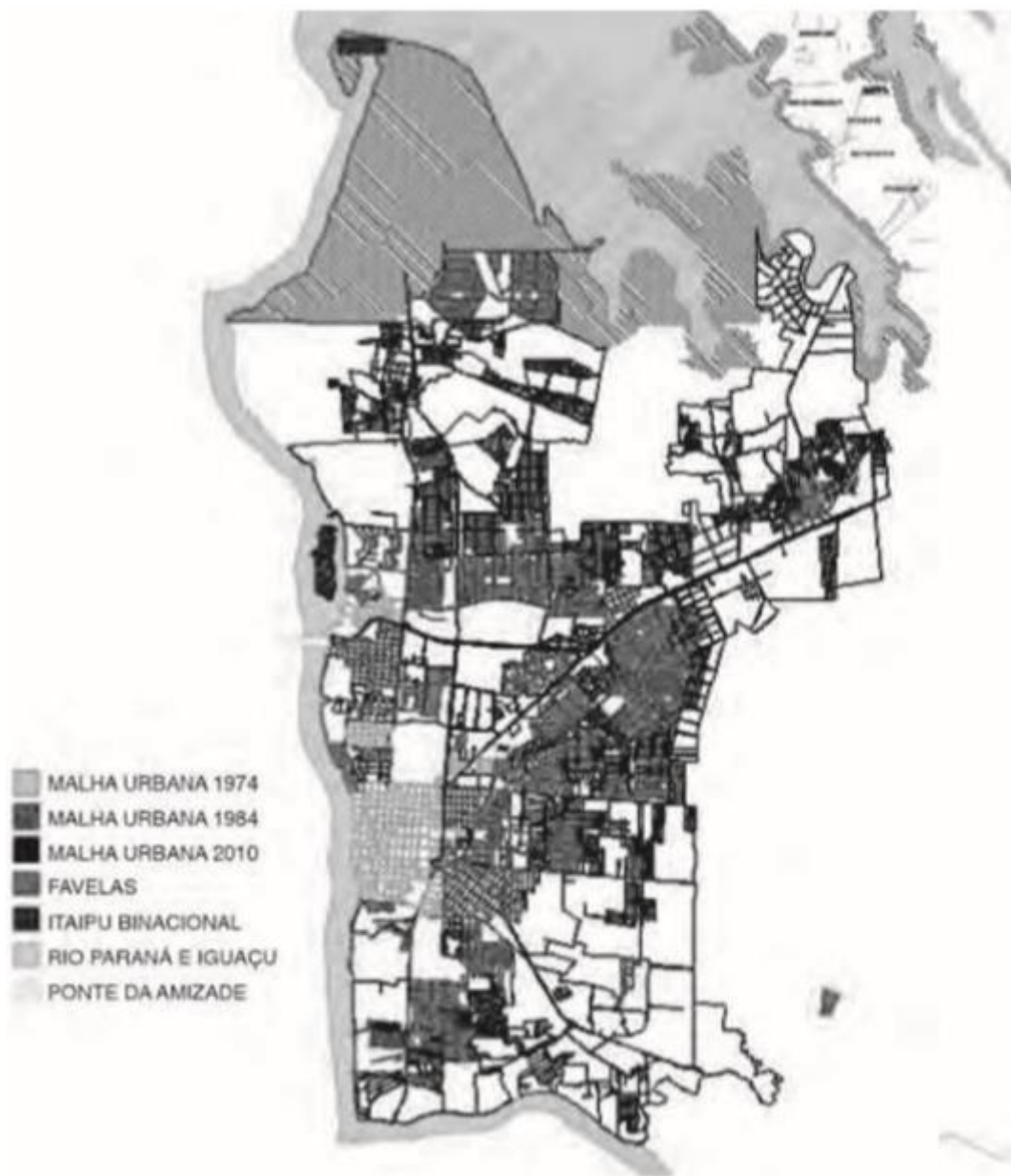
As vilas de Itaipu são, sem dúvida, um dos melhores exemplos que temos sobre o aparato de vigilância e o intenso controle que Itaipu buscou ter sobre a vida, trabalho e atividades sindicais e políticas dos operários.

3.3- Produção dos mapas de 1974 e 1984 e Mapa Axial

O olhar sobre a “morfologia urbana” da cidade de Foz do Iguaçu buscou compreender as transformações ocorridas no desenho urbano ao longo do tempo e foi realizado a partir da elaboração dos mapas de 1974 e 1984.

Para a elaboração dos mapas de 1984 e 1974, fizemos uma sobreposição do mapa de Victal & Araujo (2011) (Figura 10) - que representa a evolução da malha urbana de Foz do Iguaçu para os períodos de 1974 e 1984. Na sobreposição, redimensionamos as escalas, para que pudessem ficar com o mesmo tamanho no CAD.

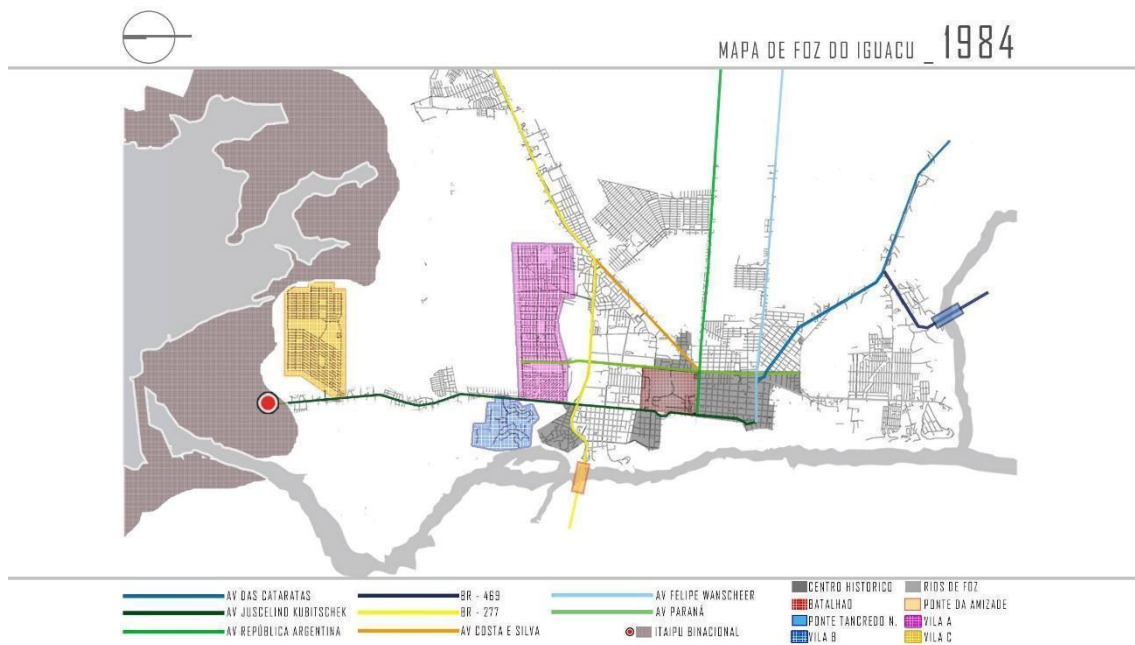
Fig. X - Evolução da malha urbana de Foz do Iguaçu (1974 – 1984)



Fonte: Victal & Araujo, 2011.

A partir da sobreposição das bases cartográficas, identificamos quais as áreas que 1984 não dispunha, apagando assim toda a área inexistente no ano de 1984. Dessa forma, elaboramos o mapa de 1984, nomeado de “base cartográfica 1984” (Figura 11).

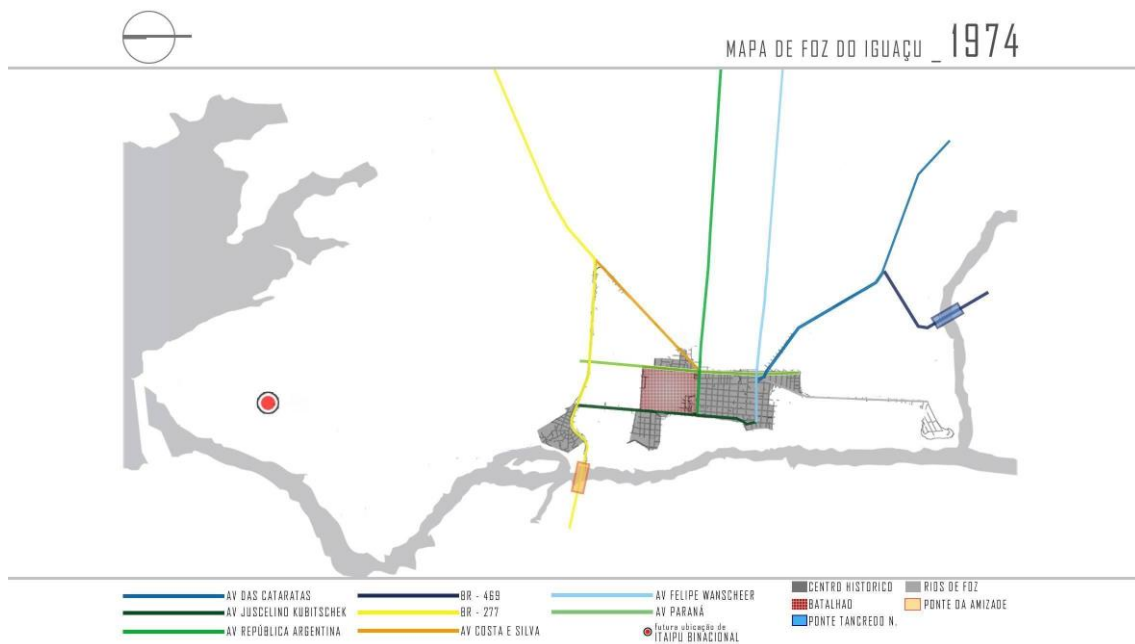
Fig. X - Base cartográfica de Foz do Iguaçu (1984)



Fonte: Albuquerque, 2018.

O mesmo procedimento foi feito para o mapa de 1974, chamado “base cartográfica 1974” (Figura 12).

Fig. X – Base cartográfica de Foz do Iguaçu (1974)



Fonte: Albuquerque, 2018.

A elaboração dos mapas auxiliou na comparação da evolução da malha urbana entre os anos de 1974 e 1984 - esses anos representam, respectivamente, a criação da entidade Itaipu Binacional e a entrada em operação da primeira unidade geradora de

Itaipu. A evolução da malha urbana nos anos considerados permite evidenciar o poder e o controle exercidos pela Itaipu sobre o sentido do desenvolvimento da trama urbana de Foz do Iguaçu. Um exemplo é o Batalhão de Fronteiras, ocupando uma área de 50 alqueires e situado no coração da cidade, representou uma condicionante ao crescimento da cidade, no sentido Norte, onde situa-se Itaipu.

Identificamos, também, um processo de segregação espacial ao qual foi submetida a Vila C, o que não ocorreu com as outras vilas de Itaipu. Acreditamos que esse processo esteja relacionado à vigilância e controle dos trabalhadores como uma demanda da “segurança nacional” para inibir os movimentos sindicais, políticos e sociais dos trabalhadores. Um outro fator importante, é o sentido de expansão da malha urbana de Foz do Iguaçu, que cresceu basicamente em direção a rodovia BR-277, deixando no entorno da Vila C, um bolsão vazio.

Além dos mapas, outro produto possível é o estudo dos valores de integração em uma cidade a partir do conjunto de métodos e técnicas da “sintaxe espacial”. A “sintaxe espacial” é utilizada para entender o funcionamento da relação entre a configuração do espaço de cidades e as relações sociais que as envolvem, em especial os fluxos e movimentos das populações que lá residem. Da análise sintática produz-se o Mapa Axial. A partir da confecção desse mapa é possível notar que algumas áreas são mais fáceis de serem acessadas a partir de qualquer outra área do sistema, outras não. Ou seja, as áreas mais acessíveis são as mais integradas e mais permeáveis no contexto global do espaço urbano e assumem uma posição de controle em relação às outras áreas.

A utilização do Mapa Axial para a compreensão de espaços urbanos é de grande valia, pois nos permite evidenciar como a configuração espacial influencia o desempenho social, econômico e ambiental de lugares como a cidade. No caso de Foz do Iguaçu, sua leitura técnica nos mostrou que a cidade é altamente segregada, confirmando que o plano de desenvolvimento urbano da cidade seguiu a lógica do controle e segregação das classes subalternas. As informações detalhadas sobre a criação do Mapa Axial serão inseridas em Anexo, no final do presente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arqueologia é a disciplina que estuda, fundamentalmente, a cultura material das sociedades humanas. Essa cultura material desempenha um papel ativo, usado tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudanças sociais, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação ou reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais, e assim por diante. Não há como reverter a condição que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais.

Na presente pesquisa, trabalhamos o meio urbano como um artefato. É como se a cidade de Foz do Iguaçu fosse um sítio arqueológico. Assim, a nossa grande questão como pesquisadores arqueólogos foi entender o processo de urbanização de Foz e suas consequências na vida em sociedade, a partir da instalação da usina de Itaipu pela ditadura empresarial-militar brasileira.

Consideramos que a escolha do arcabouço teórico-metodológico abordado no primeiro capítulo tenha servido de maneira satisfatória para, junto aos aspectos históricos do segundo capítulo, consolidar uma análise consistente do objeto em questão. De igual maneira, compreendemos que, apesar das dificuldades inerentes à plena realização de pesquisas com esse grau de interdisciplinaridade, logramos edificar um roteiro coerente e um diálogo bem articulado e complementar entre as partes do trabalho.

O resultado de nossa investigação constata a ideia de que há grandes correspondências entre 1) o espaço físico de construção da usina na fronteira trinacional, 2) o marco temporal no qual a hidrelétrica foi construída e 3) os resultados verificados na formação urbana da cidade. O espaço de Foz, cenário de históricas disputas na Bacia do Prata, e o tempo de Itaipu, de mundo bipolar, de suposta ameaça comunista, de desenvolvimentismo e de Doutrina de Segurança Nacional, tiveram imensa influência na forma como Itaipu interviu sobre o meio físico.

Além dos livros, dos artigos acadêmicos, das dissertações, teses e documentos oficiais utilizados, a nossa produção de bases cartográficas da cidade de Foz permitiu assinalar e comparar a evolução ocorrida na malha da cidade entre 1974 e 1984. Dessa forma, verificamos o poder e o controle das obras de Itaipu sobre o sentido do desenvolvimento da trama urbana. As formações das Vilas A, B e C e o sentido que a expansão da cidade tomou no decorrer dos anos considerados, escancaram as nossas conclusões.

Essa pesquisa não se esgota, deixando aberto um leque de possibilidades de estudos sobre períodos posteriores aos que abordamos. A cidade continua crescendo e se transformando, motivada por aqueles mesmos fatores e por outros. Certamente, hoje seria possível abordar a arqueologia de Foz a partir de novas perspectivas e desde diversos aspectos contemporâneos, que seguem influenciando nas contínuas transformações de sua malha urbana. É instigante pensar que quando o nosso sítio arqueológico se trata de uma cidade, estamos trabalhando sobre um objeto em permanente mudança.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ALBUQUERQUE, Carolina Moraes de. **Arqueologia Urbana e Biopolítica: o caso de Foz do Iguaçu (1974-1984)**. Monografia de Conclusão do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial. Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2018.

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. **Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu**. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.

ARAÚJO, Adelita S. **Itaipu e urbanização da zona de fronteira do Iguaçu: cidade e conjuntos habitacionais da usina hidrelétrica**. Campinas: PUC, 2012.

ARANHA, Renato. **De conjuntos habitacionais a bairros: a construção e o desmonte das Vilas de Itaipu (1974-2012)**. Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2013.

ARRIGHI, Giovanni (1994). **O Longo Século XX**. São Paulo: Contraponto-UNESP.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BELTRÁN, Clara López. **La ruta de la plata: de Potosí al Pacífico: caminos, comercio y caravanas em los siglos XVI y XVII**. La Paz, Plural Editores, 2016.

BESERRA, Maria Dos Remédios; TEIXEIRA, Solange Maria. Urbanização e Segregação Socioespacial: O Papel do Estado no Planejamento Urbano. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 13, n. 3, p. 228-246, 2016.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74**. Brasília, 1971.

CABRAL, Ligia Maria Martins (coord.). **John Cotrim: testemunho de um empreendedor. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2000.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidades de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. 34. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese do Programa de Pós-Graduação em História Social, UFF, 2012.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). BORON, A.; AMADO, J.; GONZÁLEZ (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 395-420, 2006.

CASTRO, Paulo Roberto de Andrade. Controle e vigilância empresarial sobre os trabalhadores de empresas estatais durante o Regime Civil-Militar: Petrobras, CSN e Itaipu. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, 2023.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá, Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CONTE, Claudia. H. Do milagre econômico à construção de Itaipu: configurando a cidade de Foz do Iguaçu/PR. Recife: **Economia e Desenvolvimento**, v. 12, nº 2, 2013.

COSTA, Diego. **Algumas abordagens teóricas na arqueologia histórica brasileira**. São Paulo: Cienc. Cult, vol. 65, 2013.

_____. **O Urbano e a Arqueologia: Uma Fronteira Transdisciplinar**. São Paulo: Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica – VESTÍGIOS, 2014.

COUTO, Leandro Freitas. **O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul (1990-2005)**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006.

CURIEL, Ochy & DE ABREU GENEROSO, Lúcia Maria. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **RTH**, v. 22, n. 2, p. 231-245, 2019.

DA CUNHA, Gabriel Rodrigues; MOASSAB, Andreia. Modernidade-colonialidade na construção da hegemonia tecnocientífica do concreto armado dos países dependentes. **PosFAUUSP**, v. 29, n. 54, 2022.

DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil central**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 304p.

ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y Diseño. La realización de lo comunal.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder.** Orientador: Oliveiros da Silva Ferreira. 2012. 322 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAJARDO, José Marcos Castellani. **Acordo Tripartite Itaipu-Corpus: Ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

FELACIO, Rafael Matos et al. **A produção do espaço: segregação e diferenciação socioespacial na cidade de Criciúma-SC.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, UFSM, 2013.

FELÍCIO COSTA, Luis. **Marcha para Oeste: Colônias Agrícolas Nacionais 1941-1948. Paranoá, número 31.**

FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Antíteses, volume 2, número 4, 831-856, 2009.**

FIORI, José Luis. **Monroe e o Garrincha. Valor Econômico. 30 de janeiro de 2008.**

FRADKIN, Raúl & GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina colonial. El Río de la Plata entre los siglos XVI y XIX.** Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2009.

FREITAS, Wagner Abadio de & MELLO, Marcelo de. “A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território”. **Sociedade & Natureza**, 26, 2014: 471-482.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. Mneme - Revista de Humanidades, [S. l.], v. 6, n. 13, 2010.**

_____. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003

_____. **Archaeology, history, and historical archaeology in South America. International Journal of Historical Archaeology, v. 1, p. 189-206, 1997.**

_____. Considerações em torno das ‘Teses sobre a filosofia da História de Walter Benjamin. **Crítica Marxista**, v. 1, p. 45-53, 1996.

_____. A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. *Idéias*, v. 27, p. 37-42, 1995.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v.3, n.1, p.1-20, 2008.

HILLER, Bill & HANSON, Julienne. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HOBSBAWM, Eric (1976). **Las revoluciones burguesas**. Punto Omega: Madrid.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: FRBH, 2018.

JESUS, Rodrigo P. **Aspectos da constituição urbana de Foz do Iguaçu: experiência dos moradores do bairro Vila C (1976-2006)**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2007.

_____. **De “Vila Operária” a bairro dos trabalhadores: processo de constituição do bairro Vila “C” – 1977 a 2008**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LETURCQ, Guillaume Pierre. Novas geopolíticas em torno de Foz do Iguaçu e Itaipu. **Conversas & Controvérsias**, v. 5, n. 1, p. 101-119, 2018.

LESSA, Antônio Carlos. “A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 38.1 (1995): 24-39.

MAEDER, Ernesto & GUTIÉRREZ, Ramón. **Atlas territorial y urbano de las misiones jesuíticas de guaraníes. Argentina, Paraguay y Brasil**. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura, 2009.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. 3a. edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTÍNEZ DÍAZ, Nelson et al. **Nacionalismo y petróleo: La guerra del Chaco**. 1982.

MECHI, Patricia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

MECHI, Patricia Sposito. Questões da ditadura: vigilância, repressão, projetos e contestações. In: JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patricia Sposito; FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira**. Cultura [online], v. 65, n. 2, p. 23, 2013.

MECHI, Patricia Sposito. Luta armada e revolução no Brasil: o PC do B e a Guerrilha do Araguaia. In: JUSTAMAND, Michel; MENDES, Lilian Grisólio (Org.). **História e representações: cultura, política e gênero**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

MECHI, Patricia Sposito & JUSTAMAND, Michel. Arqueologia em contextos de repressão e resistência: a Guerrilha do Araguaia. **Revista Arqueologia Pública**, v. 8, n. 2 [10], p. 108-120, 2014.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Dissertação (mestrado em sociologia política). São Paulo. PUC/SP, 1987.

OLIVEIRA, Lucas Kerr; GARCÍA, Tatiana de Souza L. **O conceito de Heartland na geopolítica clássica: funcionalidade e limites para a análise da Região central da América do Sul**. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis, 2010.

OSTRIA GUTIERREZ, Alberto. **Una obra y un destino: La política internacional de Bolivia después de la Guerra del Chaco**. Ayacucho. Buenos Aires, 1946.

PALMAR, Aluizio. **“Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor”**. <https://documentosrevelados.com.br/documentos-revelam-participacao-de-itaipu-na-operacao-condor/>. 7 de maio de 2011.

PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Urbano**. Itaipu Binacional, UFPR, Governo do Estado do Paraná, 1975, p. 73.

PINTO BARROS, Luiz Eduardo. **O processo que resultou na construção de Itaipu e as consequências para os Ava-Guarani. Anais do XIV Simpósio Internacional Civilizadores: Civilidade, Fronteira e Diversidade.** Dourados: UFGD, 2012.

PINTO BARROS, Luiz Eduardo. **Sete anos de negociação entre Brasil e Paraguai: do fim do litígio ao acordo de Itaipu (1966-1973). 3º Seminário de Relações Internacionais Graduação e Pós-Graduação.** Florianópolis, 29 de setembro de 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **JK no encontro com o Presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner.** Reafirmação de propósitos de maior colaboração entre os dois países – Foz do Iguaçu, 06-10-1956.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, Maria F. **Memórias do concreto - vozes na construção de Itaipu.** Cascavel: Edunioste, 2002.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. "Anticomunismo e Inimigo Interno: uma avaliação da Doutrina de Segurança Nacional a partir de sujeitos e manuais da repressão durante as ditaduras do Conesul". **Revista História: Debates e Tendências.** 19.3 (2019): 384-401.

RIDENTI, Marcelo. Representações de tecnologia em narrativas sobre a implantação da usina hidrelétrica de Itaipu. **Dimensões,** v. 26, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI,** 2008.

SANTOS, R. O interesse nacional pelo regionalismo: a virada da política externa dos governos militares brasileiros. **Revista de História da UEG,** 7(1), 321-338. 2018.

SARUBBI, Oscar Cabello. **La Mesopotamia de América latina: breve historia del Paraguay**. Ediciones Cinca, 2011.

SEVERO, Luciano Wexell. **Integração econômica e desenvolvimento da América do Sul: o Brasil e a desconstrução das assimetrias regionais**. Tese de Doutorado em Economia Política Internacional. UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

SEVERO, Luciano Wexell & SEVERO, Camila Caresia Wexell. Política Externa Brasileira e Integração Regional durante a ditadura militar e a anti-diplomacia do governo Bolsonaro. In: **Integração regional na História**. Orgs: SUZUKI, Júlio César; SEVERGNINI, Nastasia Barceló; LÓPEZ, Franco Alejandro. São Paulo: FFLCH/USP, 2023.

SILVA, Jussaramar. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC-SP em História, 2010.

_____. **As conexões repressivas no Cone Sul (1960-1990): Terrorismo de Estado em conexão internacional**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC-SP em História, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. O Brasil e a integração hemisférica: vertente histórica. **Em aberto**. Volume 15, número 68, out/dez, 1995.

SOUZA, Cesar A. F. **Transformações no espaço urbano: histórias e memórias da vila “A” de Itaipu e seus entornos – 1970/2013**. Foz do Iguaçu, Paraná: UNIOESTE, 2014.

SOTUYO, Patrícia. **Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Florianópolis, Santa Catarina: UFSC, 2006.

THAUMATURGO, Leila R. Y. **A Expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu**. Guaratinguetá, São Paulo: UNESP, 2012.

VALDERRAMA, Berna Bruit & OLIVERIA, Melissa Ramos da Silva. "Novos usos e significados das vilas operárias da antiga fábrica Brasital. **Revista CPC**, 5 (2008): 53-75.

VICTAL, Jane & ARAUJO, Adelita. A urbanização de fronteira e as relações latino-americanas – Estudo de caso das vilas de Itaipu. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.1, 2011.

VIGEVANI, Tullo e RAMANZONI Jr., Haroldo. Pensamento Brasileiro e Integração Regional. **Contexto Internacional**. Vol.32, nº2, julho/dezembro, 2010.

VILLAGRA, Luis Rojas. La economía paraguaya independiente. El periodo francista. In: **Proceso histórico de la economía paraguaya**. 149:178, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O regime militar e a projeção mundial do Brasil-Autonomia nacional, desenvolvimento econômico e potência média**. 1. ed. São Paulo: Ed. Almedina, 2020. v. 1. 344p.

_____. **Relações Internacionais do Brasil, de Vargas a Lula**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno**. Editora Afrontamento, Lisboa, 1990.

ZARANKIN, Andres. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: o Caso de Buenos Aires**. São Paulo: FAPESP, 2002.

_____. Corpos congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG. In: MACEDO, Jackeline; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos. (Orgs.) **Arqueologia na paisagem: Novos valores, dilemas e instrumentais**. Rio de Janeiro: Rio Books, pp.18-33, 2014.

ANEXO

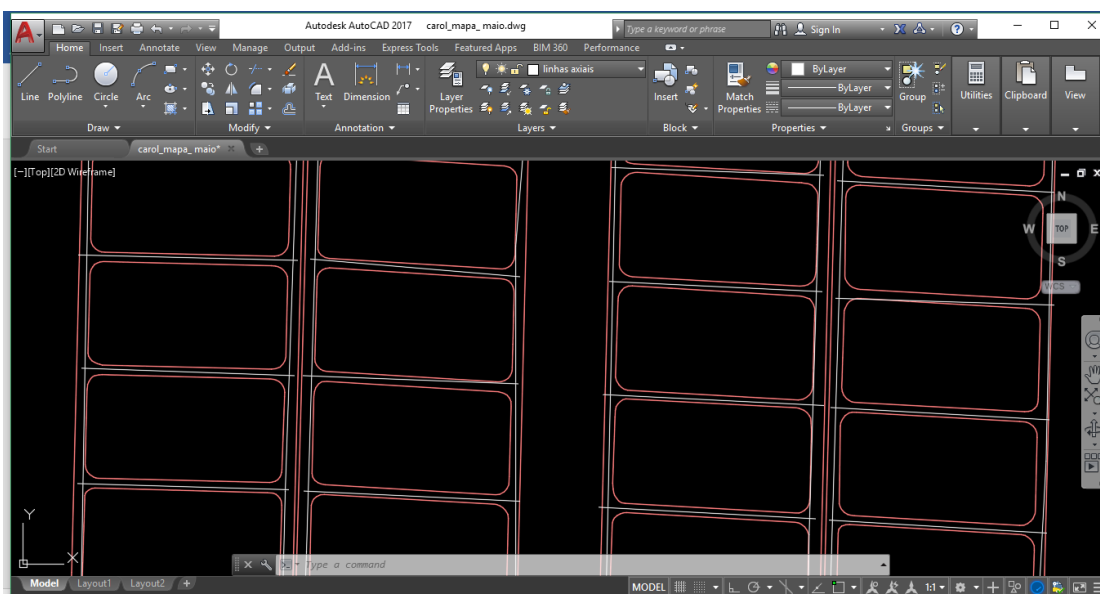
A “sintaxe espacial” e seus conjuntos de métodos e técnicas de análise sintática são utilizados para entender o funcionamento da relação entre a configuração do espaço de cidades e as relações sociais que as envolvem, em especial os fluxos e movimentos das populações que lá residem.

Produto da análise sintática, o Mapa Axial é feito a partir de uma base cartográfica disponível, nesse caso utilizamos a ‘base cartográfica 2018’ produzida nesta pesquisa, como já mencionado anteriormente. Contudo, antes de fazer o Mapa Axial pelo *Depthmap*, precisamos desenhar as linhas axiais.

A linha axial é uma linha reta, que é desenhada sobre o sistema viário (espaço público), de forma a cobrir todo o espaço aberto. Ela é construída do início de uma via até o lado oposto da mesma via. Sempre se deve iniciar desenhando as vias mais longas e passar para as menores, não podendo haver repetição de linhas axiais num mesmo espaço convexo; mas a linha deve atravessar cada e todo espaço convexo. Dessa forma, a axialidade é obtida quando as linhas axiais se conectam, cobrindo todo o espaço público. O método da construção das linhas axiais diz ainda que toda linha axial deve conectar-se com outra linha, pois a propriedade da conectividade é essencial para a definição da axialidade (HILLIER; HANSON, 1984).

O desenho das linhas axiais é feito na base cartográfica 2018, utilizando-se o AutoCAD. No exemplo a seguir, temos a demarcação das vias, em vermelho, e as linhas axiais em branco. (Figura 13).

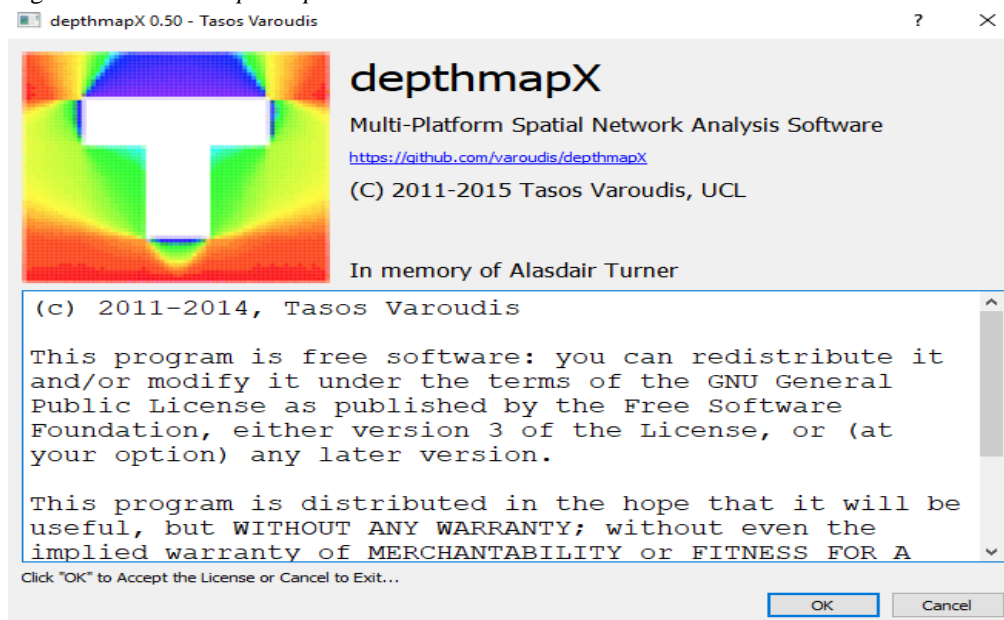
Fig. X – Desenho das Linhas Axiais



Fonte: Albuquerque, 2018

Em seguida, para o processo de cálculo das medidas sintáticas no *Depthmap* é preciso importar um mapa das linhas axiais em DXF (Autocad), transformá-lo em Mapa Axial (*Depthmap*) (Figura 14) e rodar a análise.

Fig. X – Software *Depthmap*

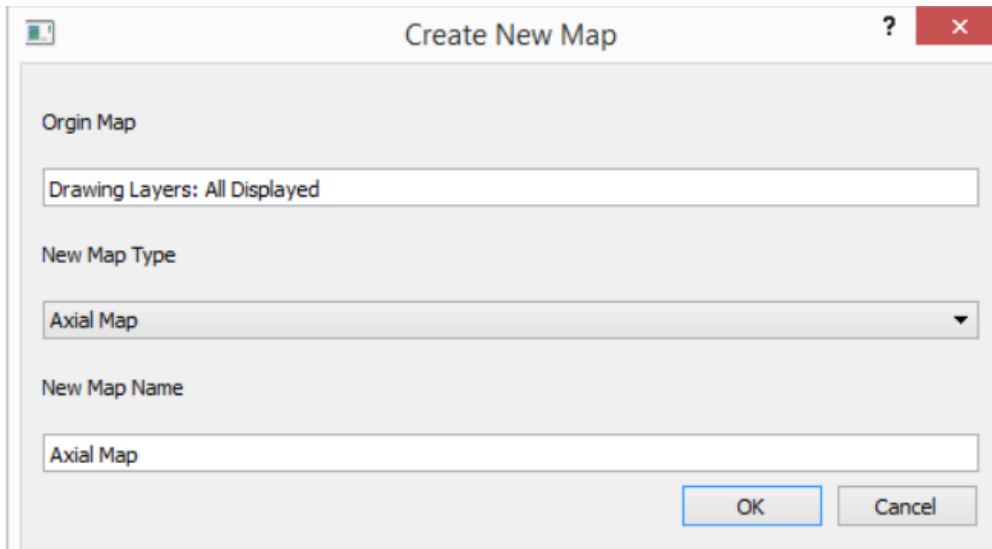


Fonte: Albuquerque, 2018

Primeiro passo para calcular a medida sintática de integração é importar o mapa axial em DXF (AutoCAD), para o *Depthmap*, da seguinte maneira:

1. No CAD, exportar linhas axiais em dxf;
2. No *Depthmap*, criar um novo projeto: File > New;
3. Importar o DXF: Map > Import;
4. Converter para Mapa Axial: Map > Convert Drawing Map – New Map Type: Axial Map (o resultado deve ser o mapa colorido de acordo com a conectividade) (Figura 15);

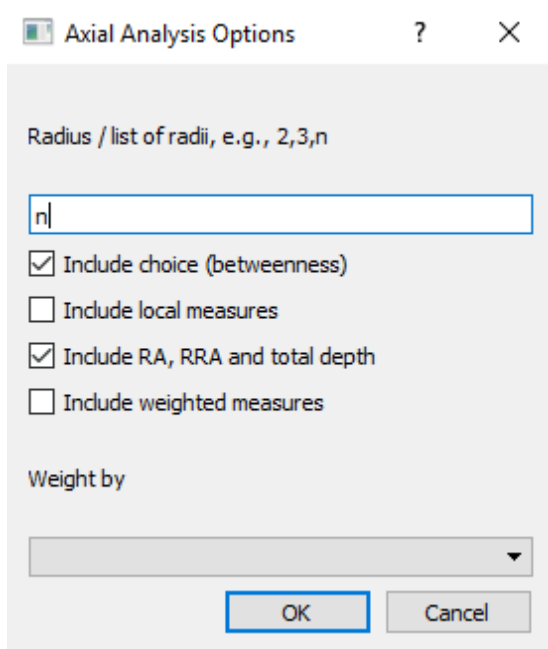
Fig. X – Passo a passo: Imagem da janela Create New Map



Fonte: Albuquerque, 2018

5. Rodar a análise sintática: Tools > Axial / Convex Pesh > Run Graph Analysis (Figura 16);

Fig. X – Passo a passo: Imagem da janela Axial Analysis Options



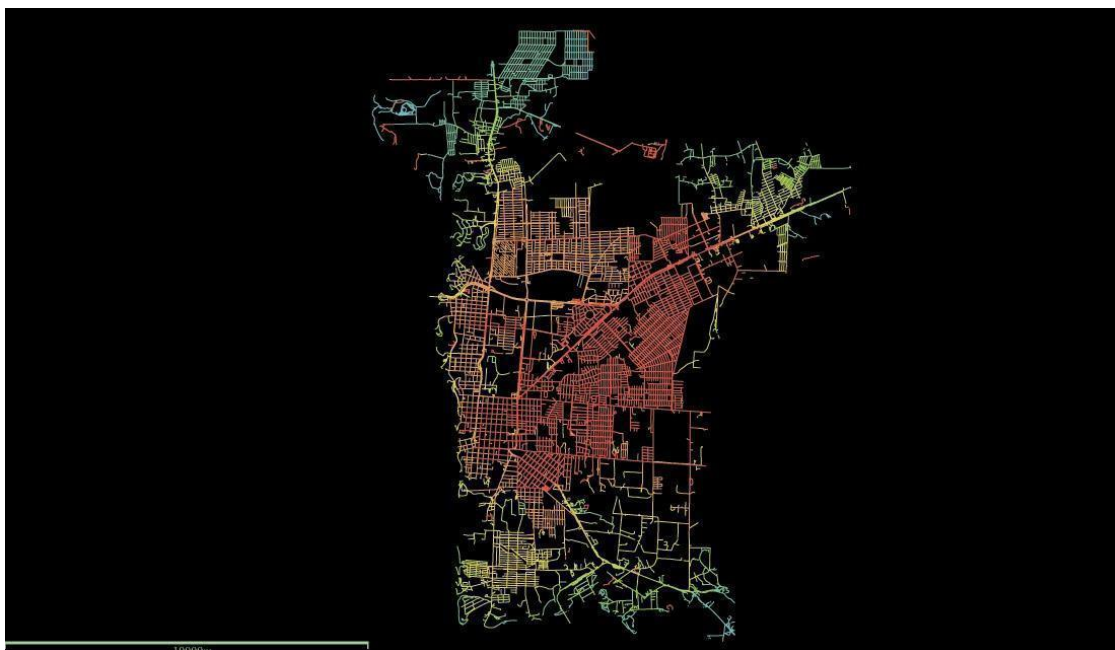
Fonte: Albuquerque, 2011

7. Selecionar Radius: n;
8. Marcar caixa “Include Choice (betweenness)” e “Include RA, RRA and total depth”;
9. OK;

10. As medidas serão calculadas e apresentadas em uma lista à esquerda, especialmente o valor de integração das linhas (integração).

Seguindo o passo a passo da criação do Mapa Axial, obtivemos o seguinte mapa (Figura 17):

Fig. 17 – Mapa Axial (n)



Fonte: Albuquerque, 2018

Os valores de integração do Mapa Axial resultam de uma escala cromática (Figura 18), na qual:

Fig. X – Escala de cores de integração



Fonte: Albuquerque, 2018